



O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que tem o objetivo de discutir a situação econômica da área de ciência e tecnologia e a crise das universidades brasileiras.

Informo que esta audiência pública foi convocada em virtude da aprovação do Requerimento nº 313, de 2018, de minha autoria, subscrito pelos Deputados Sandro Alex e André Figueiredo.

Os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos serão os seguintes: os expositores terão o tempo de até 10 minutos para fazerem suas exposições, não sendo permitidos apartes; encerradas as apresentações, será concedida a palavra aos Parlamentares inscritos por até 3 minutos; a lista de inscrições ficará disponível na mesa de apoio à minha direita durante toda a fase de exposições; os palestrantes disporão do mesmo tempo, de até 3 minutos, para a resposta; ao final do debate, cada convidado terá até 3 minutos para suas considerações finais.

Nós também disponibilizaremos um papel padrão da Comissão para as perguntas das entidades presentes. Depois vamos anunciar todas as entidades que marcaram presença na audiência.

Todas as apresentações em multimídia serão disponibilizadas para consulta na página eletrônica da Comissão.

Informo ainda que, em razão do número de convidados, dividiremos o debate em dois blocos. A ordem de montagem das Mesas corresponde à necessidade de alguns palestrantes se deslocarem e saírem antes do final do nosso debate. Então, organizamos as Mesas de acordo com pedidos de entidades para comporem logo a primeira Mesa.

Vou fazer a leitura do texto da Presidência da Comissão.

"O investimento em ciência e tecnologia é uma das características inerentes às sociedades modernas. É difícil imaginar qualquer setor da vida contemporânea que não seja diretamente influenciada pelo desenvolvimento tecnológico. Toda essa



evolução, devemos legitimar, só foi possível pelo contínuo financiamento de pesquisas que melhoraram significativamente a vida das pessoas. Entretanto, apesar de todo o reconhecimento da importância da ciência, da tecnologia e da inovação, o Brasil, infelizmente, regrediu nessas áreas nos últimos tempos. Os investimentos encolheram, especialmente os estatais, ao ponto de inviabilizar a manutenção de importantes pesquisas em andamento. Ademais, nem se cogitam novos recursos ou fomento de novas linhas de atuação. É uma situação muito preocupante.

É verdade que a grave crise fiscal e orçamentária não afetou somente a área de ciência e tecnologia e inovação. Diversos setores sofreram e ainda sofrem as consequências dessa crise, mas poucos sofreram tanto quanto a pesquisa e o desenvolvimento, principalmente nas universidades públicas.

Temos que ter a percepção de que investimento em desenvolvimento tecnológico é essencial para que o País seja competitivo hoje e no futuro.

Garantir a inovação é permitir o fornecimento aos cidadãos de uma série de serviços e produtos importantíssimos ao seu pleno desenvolvimento, assim como assegurar a competitividade da economia nacional e uma posição minimamente representativa para o Brasil em um mundo tão desenvolvido e tecnológico como o de hoje. Investir em ciência e tecnologia não é, como muitos podem pensar, algo dispensável ou supérfluo.

Esta Comissão vem trabalhando incansavelmente para propiciar aos pesquisadores brasileiros o melhor ambiente orçamentário possível, mas, como é sabido, os desafios são muitos. Este ano, a Comissão aprovou emendas da ordem de 600 milhões de reais para o Orçamento de 2019. Esperamos que pelo menos parte disso possa chegar às universidades e centros de pesquisa.

Sob o ponto de vista orçamentário, entendo que estamos em um momento extremamente oportuno para a realização desta audiência pública. Como o orçamento de 2019 ainda não foi finalizado, é a hora exata para novas sensibilizações e algumas correções.



Para discutir essa grave situação econômica da área de ciência e tecnologia, em especial a crise nas universidades brasileiras, reunimos nesta audiência pública importantes associações e reconhecidas instituições de pesquisa. Espero que tenhamos uma proveitosa e propositiva audiência pública, e que, ao final, tenhamos um cenário mais esperançoso sobre o futuro do setor."

São essas as palavras do Deputado Goulart, Presidente desta Comissão.

Ontem participamos o dia inteiro de um seminário em que se discutiu a Internet das Coisas. Hoje, falaremos sobre o orçamento no setor de pesquisa.

Vamos compor a primeira Mesa. Convido para tomar assento o Sr. Geraldo Nunes, Presidente substituto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES; o Sr. Marcelo Marcos Morales, Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; o Sr. Fernando Nielander Ribeiro, analista da Financiadora de Inovação e Pesquisa — FINEP, representando aqui o Presidente Marcos Cintra, que se encontra já integrando à equipe de transição do Presidente eleito; e o Sr. Mario Santos Moreira, Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, que representa aqui a nossa querida Dra. Nísia.

Vamos seguir a ordem e conceder 10 minutos aos expositores. A campanha toca aos 9 minutos e meio. Teremos paciência para ouvir mais alguns minutos, mas, como temos oito palestrantes e queremos abrir a palavra depois — agradecemos a presença da Deputada Luiza Erundina e de outros Deputados que se inscreveram para falar —, nós precisamos ter um certo controle sobre o tempo, para que não extrapulemos demais o tempo da Comissão.

Nós vamos começar com a exposição do Sr. Geraldo Nunes.

O SR. GERALDO NUNES - Bom dia a todos e a todas.

Deputado Celso Pansera, obrigado pelo convite.



O Presidente da CAPES, no momento, está se dirigindo para uma viagem ao Ceará e não pôde comparecer. Por isso, ele me pediu que eu o representasse aqui e falasse sobre o financiamento, especificamente da pós-graduação.

Antes de falar sobre o financiamento, eu queria fazer pequenas considerações sobre o Sistema Nacional de Pós-graduação. Eu costumo dizer que ele é o berço da ciência e tecnologia nacional. É nesse sistema, Deputado, que se formam os pesquisadores que farão ciência e tecnologia. Então, a CAPES é responsável por esse berço para a produção de cientistas, doutores e mestres, que irão compor os quadros que fazem pesquisa.

Esqueci de cumprimentá-la, Deputada: bom dia!

A CAPES tem esse papel.

Eu costumo dizer que o Sistema Nacional de Pós-graduação construiu um patrimônio nacional. É uma estrutura que vem sendo montada desde 1951, quando a CAPES e o CNPq foram criados, anos antes da FINEP. Esse é um patrimônio nacional que foi construído essencialmente com investimento público e que é responsável, em grande parte, pelo processo de desenvolvimento científico e tecnológico que o País alcançou.

O segundo aspecto sobre o Sistema Nacional de Pós-graduação de que eu gostaria de falar é a sua qualificação. Além de ser um patrimônio nacional, ele é extremamente qualificado. A constituição desse sistema é baseado no mérito, exclusivamente no mérito, com a participação intensiva da comunidade na sua qualificação. Tanto é que as universidades e qualquer outra instituição de ensino podem criar um programa sem que seja previamente qualificado pela CAPES. Não é uma qualificação burocrática, é uma qualificação de mérito. Posto isso, é um sistema sólido e qualificado.

Hoje, existem mais de 6 mil cursos de pós-graduação no Brasil. Esse é o universo de cursos de pós-graduação no País, todos com esse selo de qualidade dado pela CAPES, não de forma burocrática, mas de forma meritocrática. No sistema há mais de 278 mil estudantes de pós-graduação, entre mestrandos e



doutorandos. Desses, mais de 91 mil são bolsistas da CAPES. Excluindo CNPq, agências estaduais, que também fazem parte do sistema, e Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados, só a CAPES é responsável por 33% das bolsas do sistema. Isso quer dizer que se trata de um sistema grande, e 33% dele é financiado pela CAPES.

Eu queria fazer referência a uma questão importante desse financiamento.

Está chegando o Prof. Jorge Guimarães, ex-Presidente da CAPES.

Esse financiamento, de certa forma, hoje se encontra um pouco desequilibrado. Desse total de financiamento da CAPES, 77% vão para bolsas, e apenas 9% vão para o custeio. E o custeio é uma parte essencial da formação de um recurso humano de alto nível, como os cientistas aqui presentes... O Dr. Luiz sabe muito bem que não se forma um cientista apenas com bolsa, não se forma um recurso humano de alto nível apenas com bolsa. Hoje 77% dos recursos da CAPES, destinados à formação de recurso humano de alto nível, são exclusivamente para bolsa. Esses recursos, o Prof. Jorge sabe disso, Deputada, chegaram a ser, em algum tempo, 20%, o que é razoável, porque de certa forma... Bom, ele não sustenta apenas os bolsistas da CAPES ou do CNPq. O custeio do fomento da CAPES é para sustentar o sistema. Todos aqueles matriculados são, digamos, beneficiados com esses recursos de custeio.

Capital é outra coisa importante. Praticamente, os recursos de capital foram reduzidos a zero. Os últimos investimentos em capital foram feitos através de um programa, acho que do Prof. Jorge Guimarães, chamado Pró-Equipamentos. Foi o último investimento feito em capital para financiar os laboratórios.

A primeira observação que eu faço é que o sistema é robusto, sólido, qualificado. Ele tem um financiamento importante, porque financiar 33% do sistema em termos de bolsa é algo considerável. Ninguém pode negar isso. E ele se tornou muito grande. São mais de 90 bolsistas no sistema. No entanto, há esse desequilíbrio. Precisáramos, digamos, nos voltar para essa questão a fim de que houvesse um investimento maior no custeio e também no capital.



Um parêntese que eu faço com relação a outro investimento importante que a CAPES tem nesse sistema é o Portal de Periódicos, que é a base da informação científica e tecnológica para que os pesquisadores acessem aquilo que existe de mais atual em termos de publicações científicas e tecnológicas no mundo. O Portal de Periódicos da CAPES representa 14% desses investimentos. Quer dizer, 77% são bolsas, 14%, Portal de Periódicos, e 9%, custeio.

Esse Portal de Periódicos é uma ferramenta indispensável. O Prof. Ildeu sabe disso. O Portal de Periódicos tornou-se hoje uma ferramenta indispensável para formar recurso humano de alto nível. É nesse portal que os pesquisadores buscam se atualizar e verificar o que está ocorrendo no mundo inteiro.

Profa. Helena, meus cumprimentos.

E mais, através do Portal de Periódicos, nós democratizamos o acesso à informação científica e tecnológica no Brasil. Um pesquisador em Roraima tem acesso às mesmas informações que um pesquisador no Rio de Janeiro e em São Paulo, na mesma hora. Os estudantes da Universidade Federal de Roraima também têm acesso ao portal da mesma forma que os estudantes da Universidade de São Paulo. Então, essa é uma ferramenta de extrema valia para a formação de recursos humanos e também para o acesso democratizado à informação científica e tecnológica.

Dito isso, eu queria me referir aos investimentos em bolsas no País da CAPES exclusivamente. Nós temos tido êxito em manter os investimentos no mesmo patamar dos últimos 3 anos. Nós temos tido êxito nisso. O Prof. Ildeu, num recente encontro em Santa Catarina dos Pró-Reitores, demonstrou claramente que, se se deflacionam os investimentos, é claro que há uma redução deles. Mas, nominalmente, a CAPES tem conseguido mantê-los nos patamares dos últimos 3 anos. Temos conseguido manter o sistema. Isso, numa crise fiscal como a que nós temos, que é presente e que não é pouca coisa.



Nós temos recebido, nesses últimos 2 anos, tanto o apoio do ex-Ministro Mendonça Filho quanto do atual Ministro, Rossieli Soares. A CAPES tem, portanto, mantido os seus investimentos que, hoje, está em torno de 2 bilhões de reais.

A Diretoria de Programas e Bolsas no País é que sustenta o sistema nacional. Nós temos investimentos da ordem de 2,3 bilhões de reais e temos conseguido manter esses investimentos sem prejuízos maiores para o sistema. A única questão em que temos insistido, com discussão, junto ao Ministério da Educação, é custeio. O custeio permanece ainda em um patamar inadequado para se formarem recursos humanos de alto nível ainda.

Finalmente, Deputado, para o próximo ano, houve aquela celeuma toda com relação ao orçamento. Mas nós temos assegurado, tanto pelo Ministro Rossieli quanto pela equipe de orçamento e planejamento do MEC, os recursos que demos claramente de que necessitaríamos para 2019. Eles estão assegurados.

Então, do ponto de vista da CAPES, nós podemos dizer que não haverá nenhum corte substancial que comprometa a subsistência do sistema. Contudo, eu queria fazer uma última consideração, Deputado. Mesmo tendo assegurado a subsistência do sistema com o orçamento que nós propusemos e que foi reconhecido como necessário, nada nos impede de, eventualmente, fazer intervenções dentro do sistema para que consigamos dar uma melhor efetividade do ponto de vista de eficácia àquilo que a sociedade hoje deseja. Esse é um ponto cuja discussão, eu acho, a comunidade tem que encarar. Não é uma discussão simples, não é trivial. Nós não podemos mexer no sistema de forma atabalhoada e isso não pode ser feito por pessoas que não conheçam do assunto. Mas é necessário que a comunidade tenha consciência de que o sistema é bom, é qualificado, mas que, Prof. Luiz, em algum momento, precisa ser discutido internamente, de forma a responder melhor às necessidades do País.

Eu agradeço a atenção. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Geraldo Nunes, representante da CAPES.

Como tem sido, Profa. Helena Nader, com as últimas atividades que temos promovido com o setor, cada vez mais precisamos ampliar os espaços dos nossos auditórios, porque temos conseguido aglutinar muita gente para o debate dos orçamentos e das questões sobre ciência aqui na Casa.

Quero agradecer a presença ao Deputado André Figueiredo e anunciar a presença aqui de um conjunto de representantes de entidades nacionais: Profa. Helena Nader, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, membro da Academia Brasileira de Ciências; Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica — CONFIES; Jorge Guimarães, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPPII, ex-Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES; Zaira Turchi, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa — CONFAP; Flávia Calé, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduando — ANPG. Obrigado a todos pela presença.

Aos poucos, vou anunciando todos os presentes.

Passo a palavra para o segundo expositor, Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, por até 10 minutos, representando aqui o Presidente da FINEP.

O SR. FERNANDO NIELANDER RIBEIRO - Bom dia a todos.

Deputado Celso Pansera, obrigado pelo convite.

Cumprimento a Deputada Luiza Erundina.

Justifico a ausência do Prof. Marcos Cintra, que, desde ontem, passou a integrar a equipe de transição do novo Governo e me pediu que o representasse aqui. Espero que eu consiga fazê-lo adequadamente.

Como Geraldo Nunes comentou na sua apresentação, o nosso sistema de ciência e tecnologia é robusto e tem uma trajetória de sucesso.



(Segue-se exibição de imagens.)

As primeiras organizações de fomento nossas foram criadas nos anos 50. Eu acho que, de lá para cá, houve um processo bastante dinâmico de criação de instituições, de definição de instrumento, de definição de marco legal. Portanto, olhando, até 2014/2015, podemos falar de uma trajetória de bastante sucesso.

Se pegarmos o caso da FINEP, não entrando no CNPq, temos diversos exemplos de o quanto se pôde contribuir para o processo de desenvolvimento do País. Por exemplo, participamos de grandes projetos de engenharia nacional; apoiamos todo o processo de estruturação da pós-graduação; colaboramos com as principais infraestruturas de pesquisa do País, com os parques tecnológicos, com a estruturação do segmento de empreendedorismo tecnológico no Brasil, com núcleos de inovação tecnológica; apoiamos empresas dos setores mais dinâmicos da nossa economia. O resultado disso tudo são mais de 30 mil, 40 mil projetos financiados pela FINEP.

Os números mostram que temos um aumento bastante significativo dos alunos titulados, que temos a evolução daquilo que já se conhece na produção científica nacional, na comparação dessa produção com o mundo de uma maneira geral. O número de pessoas ocupadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas também cresceu de maneira bastante significativa nos últimos anos.

Temos inúmeros exemplos setoriais de quanto a pesquisa contribuiu para a área de saúde do Brasil. O Prof. Marcelo, que trabalha nessa área, tem falado muito da zika, das pesquisas na área de Alzheimer, na área de malária, enfim. Tudo isso é resultado do que se fez e do que se faz em ciência e inovação no Brasil. O setor do agronegócio é um caso de sucesso tipicamente amparado por aquilo que se faz de ciência e inovação no Brasil.

Esses avanços foram muito expressivos, mas não são suficientes, não se sustentam no tempo. Claramente, existe uma crise que ronda o nosso sistema nestes últimos anos. É um pouco sobre isso que eu acho que precisamos falar.



Eu acho que há uma dificuldade no que se refere à coordenação institucional e à articulação das políticas de ciência e tecnologia com as políticas de desenvolvimento. Houve uma perda de espaço daquilo que a ciência e a inovação podem fazer para a promoção do País.

Com relação aos dispêndios em ciência e tecnologia e em P&D, nós passamos a enfrentar um problema muito crítico de regularidade de queda nos investimentos públicos. Isso foi claramente aguçado com a emenda constitucional que estabeleceu o teto. Mas não só por isso, já havia uma sinalização. Os sinais já estavam lá.

Por outro lado, mesmo no período de maior prosperidade, de maior disponibilidade de recursos, o quanto nós avançamos de investimento em P&D foi bastante significativo. Mas nós temos dilemas. Os países que nos servem de referência também avançaram, e, na maior parte dos casos, numa velocidade significativamente superior a nossa. Esse é o problema. Nós não conseguimos sustentar a nossa ciência na mesma qualidade e não conseguimos sustentar a competitividade das nossas empresas em relação ao que seria a coisa.

Uma questão que eu acho que também precisamos discutir, e tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas, é a qualidade, a eficácia desse investimento. Não é um problema só de ter ou não recursos, mas de saber se ele é eficaz e se há qualidade naquilo que está sendo feito. Eu acho que essa discussão precisa ser feita. Fala-se muito na dispersão dos investimentos. Isso também precisa ser olhado.

Quando olhamos o nosso investimento público, em termos relativos, ele é maior do que o investimento privado, na comparação com países de referência. Isso também merece uma reflexão. Precisamos pensar nisso um pouco. É porque há pouca propensão nas empresas brasileiras para investir em P&D? É porque as políticas públicas são inadequadas? O que precisamos fazer para que haja maior investimento privado também? Para além daquilo do investimento público, o que poderíamos fazer para enfrentar isso?



Fala-se muito de conhecimento, de o quanto ele deve propiciar progresso econômico e social. Quando olhamos o setor produtivo, as empresas, o que percebemos é que há um baixo conteúdo tecnológico da produção nacional, há uma queda significativa na complexidade das exportações brasileiras. Esse é um tema a ser olhado. Ainda que o agronegócio seja pautado pela ciência e pela inovação, essa é uma evidência.

Enfim, a produtividade das empresas brasileiras é muito baixa, a despeito dos programas de produtividade que foram implementados nos últimos anos e de um volume muito significativo de experiências bem sucedidas. Mas nós temos um problema de produtividade a ser enfrentado que diz respeito à educação, à ciência e às políticas de inovação também.

Há também a questão do impacto social das políticas de ciência e tecnologia. O Brasil é um país muito desigual e tem uma agenda social importante a ser enfrentada. Ciência e inovação podem colaborar de maneira muito significativa para isso. Isso precisa ser colocado na ordem do dia.

Nós percebemos que há um descolamento da ciência em relação à inovação. O Brasil está lá no 13º lugar no *ranking* global de publicações. Mas, na recente publicação do *Global Innovation Index*, nós estamos em 64º lugar. Melhoramos um pouco, mas muito pouco. Há avanços que podem ser pensados.

Por último, nós percebemos, ainda dentro dessa agenda daquilo que precisa ser feito, que os mecanismos de avaliação de políticas na área são insuficientes e inadequados.

Os gráficos que vemos agora apenas ilustram um pouco o que comentamos. O Brasil é a barra mais embaixo. São os dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento na comparação com diversos países. O Brasil está lá embaixo. Este gráfico é muito interessante quando se fala de orçamento. A respeito dos fundos setoriais, eles tiveram, num primeiro momento, um impacto extremamente positivo na ampliação da dotação orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia. O número aqui não é dotação orçamentária, é orçamento efetivamente



empenhado e liquidado. É a comparação das despesas discricionárias do MCTIC com todas as suas unidades com os demais órgãos que integram o orçamento geral da União.

O Ministério chegou a ser 3,5% do orçamento, da despesa discricionária. Nós estamos em 1,7%. Não é um problema de ter ou não ter recurso, é um problema de escolhas políticas. Há uma escolha política que se faz. Isso tem consequência direta no sistema como um todo. Apenas para ilustrar Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o problema não é só ter ou não dinheiro. A partir de 2016, o montante arrecadado pelo FNDCT foi mais do que suficiente para atender a todo o orçamento empenhado do Ministério. É claro que as fontes não são diretas, há substituição de fontes. Mas o esforço fiscal para atender às demandas do Ministério tem sido dado basicamente pelo que o próprio FNDCT arrecada. Portanto, intrinsecamente, há um processo de substituição de fontes tradicionais que eram trazidas pelo Ministério.

Este é o gráfico de liberações do FNDCT. Temos um primeiro período de muita prosperidade, que tem a ver com a consolidação da pós-graduação nos anos 70 e 80; no período dos fundos setoriais, em que, de 2000 a 2014, há um crescimento muito significativo; depois, vamos dizer, uma montanha russa para baixo. Infelizmente, 2018 não será diferente: continuamos caindo. Por que isso acontece?

Entre outras coisas isto aqui explica. A barra amarela é a arrecadação do FNDCT. Veja que, apesar da crise, apesar de termos perdido uma parcela dos recursos do petróleo, que estão ainda em julgamento no Supremo Tribunal Federal, ainda assim, o FNDCT arrecada acima de 4,5 bilhões de reais. Só que nós temos acessado menos da metade dos recursos. Esse é um tema a ser enfrentado. Não é só um problema de recurso, é um problema de escolha política.

Para comparar, este é o orçamento das principais agências de fomento dos Estados Unidos. Em valores constantes, há trabalhos com mais de 70 bilhões de dólares. Isso permite planejar e pensar em longo prazo.



A China, nem se fala, tem mais 300 bilhões de dólares no orçamento para a área de ciência e tecnologia e um PIB que cresce de maneira vertiginosa.

Aqui eu faço um conjunto de propostas. A primeira, ciência e tecnologia devem voltar a ser um elemento central das políticas de desenvolvimento econômico e social. Nós precisamos de recursos financeiros estáveis e em valores condizentes com os desafios nacionais.

É preciso uma atuação com foco em prioridades voltadas para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. São precisos instrumentos financeiros adequados. Não basta dizer que o sistema mudou, que é muito mais complexo, que tem *startup*, tem incubadora, tem instituição de pesquisa, tem empresa consolidada. Então, para cada momento, para cada instituição, nós precisamos pensar instrumentos que atendam adequadamente a isso. E a própria governança do sistema e o papel das instituições no planejamento e na implementação das políticas precisariam ser repensados.

Especificamente, medidas que podem ser trabalhadas: descontingenciamento dos recursos do FNDCT e outros fundos; transformação do FNDCT em fundo financeiro — só para lembrar, isso já está integrado num projeto de lei capitaneado pelo Senador Otto Alencar —; destinação de recursos do fundo social para a área de ciência e tecnologia — o Deputado Celso Pansera tem uma proposta nessa direção —; alteração da taxa — é uma questão menor de empréstimo do FNDCT, porque facilitaria o impacto fiscal das suas despesas.

Com relação à maior eficácia na aplicação dos recursos, há muita coisa que pode ser pensada. Precisamos pensar numa reestruturação dos fundos setoriais. São mais de 16 fundos. É preciso repensar uma forma de trabalhar isso de maneira mais objetiva, contando, evidentemente, com os vários atores da sociedade. Precisamos também organizar novos instrumentos para compartilhamento de risco e de resultados, apoiar o empreendedorismo, o investimento de risco, incentivar mais a integração entre as instituições, as universidades e as empresas, trabalhar para a resolução de desafios nacionais e programas orientados por missão, que é



um tema que tem sido muito mencionado, e pensar em ciência de excelência, em *big science* — precisamos investir em grandes infraestruturas que deem conta de colocar o Brasil num outro patamar do ponto de vista da produção científica também —, e apoiar a inovação pela demanda, adotar instrumentos de compras públicas e desafios tecnológicos, que são coisas previstas na nossa legislação, mas que ainda não são adequadamente praticadas. A defesa e a área de saúde são setores que têm tentado fazê-lo, mas são questões ainda incipientes.

Por último, reorganização da governança e do papel das instituições, que eu acho que é uma agenda que terá que ser enfrentada num futuro próximo.

Obrigado a todos. Estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Fernando Ribeiro, representante da FINEP.

Quero anunciar a presença dos senhores: Ronald Shellard, Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e representante da articulação dos institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência e Tecnologia; Lia Zanotta, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia; Cássio Laranjeiras, da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência; Manuel Marcos Formiga, da Associação Brasileira de Educação a Distância; Maria Luiza Gastal, da Associação Brasileira de Ensino de Biologia e da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências; Alcides Costa Vaz, da Associação Brasileira de Estudos de Defesa; Hugo Ribeiro, da Associação Brasileira de Etnomusicologia.

Depois anuncio os demais presentes.

Vamos ao terceiro expositor, Sr. Mario Moreira, representando a Presidente da FIOCRUZ, Nísia Trindade.

O SR. MARIO SANTOS MOREIRA - Bom dia, Deputado Celso Pansera. Na pessoa de V.Exa., cumprimento os demais Parlamentares, os membros da Mesa e os presentes a esta audiência.



Eu queria, primeiro, antes de chegar à FIOCRUZ, ao nosso Sistema Nacional de Inovação, fazer uma análise em perspectiva histórica do tema ciência e tecnologia na agenda nacional.

Inauguramos de forma mais estruturada esse tema a partir da década de 50, com a criação de CNPq, CAPES. De lá para cá, houve uma série de eventos que vêm consolidando esse sistema, como a criação da EMBRAER, no final da década de 60, da EMBRAPA, no início da década de 70. A FIOCRUZ organizou os seus institutos tecnológicos a partir da década de 70 também. No final da década de 60 ainda, é lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento; em 1963, o CENPES — Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS; em 1970, o INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial; em 1973, o INMETRO. Enfim, uma série de acontecimentos marcaram o que poderíamos chamar de trajetória de consolidação do nosso Sistema Nacional de Inovação.

Essa trajetória perde força na crise do petróleo, uma crise de financiamento do Estado brasileiro, e só vem ganhar de novo força nos anos 2000, sobretudo a partir da aprovação da lei que permite aplicação dos *royalties* do petróleo na criação do primeiro fundo setorial, que é o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural, e, na sequência, de mais 15 fundos setoriais, dos quais dois são transversais e os restantes, temáticos.

Mais recentemente, no início dos anos 2000, também houve a criação das PICs — práticas integrativas e complementares, que ordenou investimentos também na nossa área, já tratando da política industrial atrelada à política de desenvolvimento científico e tecnológico. Cito também a criação da ABDI — Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Enfim, houve uma série de eventos.

Se nós fizermos uma análise histórica disso, verificamos que são fortemente afetados pelas políticas econômicas, como meu antecessor já chamou a atenção, e, mais ainda, não só constrangidos pelas políticas econômicas, mas pelas escolhas que são feitas durante essas crises.



O gráfico que foi mostrado recentemente dá conta de quão cíclica é essa política, impedindo qualquer planejamento de médio e longo prazo num setor em que se precisa planejar a médio e longo prazo. A ciência é a base do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico.

Puxando um pouco para o tema da FIOCRUZ, por exemplo, estamos presenciando uma série de descobertas na área de biotecnologia, baseado no conceito de dupla hélice, uma descoberta que já tem décadas. Novos medicamentos, novas vacinas, novas terapias são lançadas a partir de um conhecimento científico que data de décadas atrás.

Afunilando para a FIOCRUZ, ela é uma instituição de pesquisa em ciência e tecnologia. Embora não seja uma universidade, possui mais de dez programas de pós-graduação, formando, por ano, cerca de 300 doutores e de 1.200 mestres. Ela tem uma potência na área educacional, mas está voltada exclusivamente para a área de saúde. Portanto, a sua vinculação organizacional é o Ministério da Saúde. Ela dialoga com vários Ministérios do ponto de vista do financiamento. Embora o seu orçamento básico venha do Ministério da Saúde, evidentemente, a FIOCRUZ é uma grande usuária das linhas de financiamento de BNDES, FINEP, CAPES, CNPq, e tem se ressentido, portanto, da crise que assola o financiamento de ciência e tecnologia.

O fato de estar vinculada ao Ministério da Saúde, em algum grau, a protegeu dessa crise. É inegável isso. Cerca de 55% do seu orçamento advêm das suas atividades tecnológicas e produtivas. A FIOCRUZ, como os senhores devem saber, possui duas grandes fábricas: uma dedicada à produção de medicamentos, outra dedicada à produção de biofármacos, vacinas e reativos para diagnóstico, que representa uma receita da ordem de 2,7 bilhões de reais. É desse recurso, é da margem dessa atividade econômica que a FIOCRUZ financia suas atividades de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Portanto, essas atividades, em algum grau, têm conseguido se manter. Neste ano, por exemplo, a FIOCRUZ lançou um programa audacioso de inovação, um



edital interno, e está caminhando para o lançamento de um segundo edital, ainda neste ano, envolvendo outras instituições. Mas vale dizer, vale destacar que as suas atividades de ciência, de produção científica começam a dar sinais de fadiga, sobretudo quanto a sua infraestrutura.

Todos aqui sabem que a atividade científica requer uma infraestrutura adequada, atualizada, com custos de manutenção elevadíssimos. E, na área da saúde, em que os programas científicos de pesquisa da FIOCRUZ buscam, ao final das contas, levar a novos produtos, a novos protocolos, a novas terapias, eles têm que se dar num ambiente tecnológico altamente controlado do ponto de vista da necessidade de boas práticas e também são altamente regulados pelas agências reguladoras, notadamente pela ANVISA, que requer investimentos permanentes em infraestrutura.

A FIOCRUZ tem se ressentido muito da falta de investimentos. Não temos conseguido sustentar o padrão que vínhamos tendo desde o início dos anos 2000 na manutenção e até na instalação de novos laboratórios. Nós temos um programa de investimentos que está congelado até que uma perspectiva de financiamento ocorra. Em algum grau, lembrando o que o meu antecessor disse, do ponto de vista de alternativas para lidarmos com essa submissão das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico às políticas econômicas, precisamos encontrar novos mecanismos de financiamento para essas atividades, muito embora a FIOCRUZ não abra mão do seu entendimento de que investimento em ciência e tecnologia é papel do Estado, é dever do Estado, num entendimento de que isso leva o País a um patamar de desenvolvimento, soberania e autossustentabilidade que não é alcançado de outra maneira.

No entanto, a FIOCRUZ tem vivido uma experiência recente, que é se colocar como uma das maiores beneficiárias de uma política do Ministério da Saúde de inovação pelo lado da demanda. O Ministério da Saúde lançou há cerca de 8, 10 anos, uma política de compras agressiva, garantindo mercado e preços aos laboratórios públicos brasileiros, desde que se associem a empresas nacionais ou



internacionais, no sentido de internalizar ou desenvolver tecnologias — inclusive esse é meu objeto de estudo. Essa política garante um financiamento mais adequado para essas atividades de desenvolvimento tecnológico e produção, mas por outro lado expõe a fragilidade do nosso sistema de ciência, tecnologia e inovação nessa área da saúde.

Eu diria a vocês, sem medo de errar, que mais de 90% dessas parcerias feitas no âmbito dessa Política de Desenvolvimento Produtivo — PDP se baseiam na importação de tecnologias desenvolvidas no exterior. Raras são as parcerias que se baseiam em projetos de pesquisa e desenvolvimento nacionais que levem a produtos desenvolvidos no Brasil. Isso para mim é um indicador muito importante da efetividade do nosso sistema de ciência e tecnologia na área de saúde. Eu diria que, em algum grau, a própria carteira de produtos da FIOCRUZ reflete também essa debilidade do nosso sistema, que não tem conseguido apresentar soluções para atendimento da demanda nacional.

E na nossa avaliação, para concluir, trata-se muito menos da capacidade de produção de conhecimento do que da ausência de mecanismos de infraestrutura e de saber lidar com a translação desse conhecimento produzido pelas instituições de ciência e tecnologia, para levarmos esse conhecimento ao mercado, às fases produtivas, às fases que de fato levam maior benefício à sociedade.

Depois eu gostaria de desenvolver esse assunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Mario Santos Moreira.

Eu queria anunciar a presença também de Norberto Peporine Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Química — SBQ; Fernanda Sobral, representando a Sociedade Brasileira de Sociologia — SBS; Ugo Silva Dias, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Telecomunicações — SBRT; Marcelo Chubaci, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal,



representando o CONSECTI, obrigado pela presença; Marcos Pimenta, Presidente da Sociedade Brasileira de Física — SBF.

Passo a palavra ao quarto expositor, o Sr. Marcelo Marcos Morales, que falará aqui pelo CNPq.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES - Bom dia a todos.

Antes de mais nada, Deputado Celso Pansera, eu gostaria de mais uma vez parabenizá-lo por sua aguerrida atuação no Congresso Nacional em defesa da ciência e tecnologia. Saúdo a Deputada Luiza Erundina por seu trabalho importante em defesa da educação, também da ciência e tecnologia.

Cumprimento nossos amigos Ildeu de Castro Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências — ABC. Queria também cumprimentar o Sr. Roberto Muniz, Presidente da Associação dos Servidores do CNPq — ASCON. E queria deixar aqui o abraço do nosso Presidente Mário Neto Borges e cumprimentar os representantes da CAPES, CNPq, FINEP e as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados, na figura da Dra. Zaira Turchi.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em minha exposição, vou falar um pouco da ciência, que é a personificação do desenvolvimento sustentável.

A área da ciência, tecnologia e inovação tem um papel institucional dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico está dentro da estrutura do Ministério.

É importante dizer que o CNPq foi fundado em 1951 por uma lei desta Casa, baseada na ideia de um almirante, o Almirante Álvaro Alberto, que propôs a criação de um conselho nacional de pesquisa. Por isso surgiu o CNPq.

A ciência e tecnologia, como estratégia nacional, tem como desafios a redução da defasagem científica que distancia o Brasil das outras nações mais desenvolvidas; a expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do



conhecimento natural; a ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; a consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil através da ciência; a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais — isso também é papel da ciência.

A ciência e a inovação são os eixos estruturantes do desenvolvimento nacional. Isso ainda não foi reconhecido e precisa ser reconhecido pelas autoridades brasileiras.

A missão do CNPq é fomentar a ciência, tecnologia e inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

O CNPq atua de forma bastante ampla. Nós temos parcerias com os Estados, através de programas importantes, como o Programa Primeiros Projetos — PPP, o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência — PRONEX, ou os projetos ligados ao SUS, junto com o Ministério da Saúde.

Também temos bolsas de estudo para iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado no País e no exterior. Temos a Chamada Universal, na qual investimos 200 milhões de reais — e é pouco — para sustentar a base da pirâmide da ciência e tecnologia no País.

Temos projetos importantes, como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia — INCTs, que são transversais. Nós aportamos, junto com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados, aproximadamente 700 milhões de reais, parte é federal e parte é das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. Portanto, isso mostra a relevância também do sistema de ciência e tecnologia e das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados.

Também atuamos através da inovação, com bolsas nas indústrias e bolsas tecnológicas.

Então, o CNPq tem uma ação importante por meio da cooperação institucional com outras agências e Ministérios; do fomento à inovação; da gestão através da



Plataforma Carlos Chagas, pois todos os projetos enviados para o CNPq são avaliados pelos pares, num processo claro e rigoroso. Nós temos a Plataforma Lattes, com mais de 3 milhões de currículos. Essa plataforma é invejada no mundo inteiro. E há o fomento básico à pesquisa, que é uma das principais missões do CNPq.

Não se faz inovação, eu preciso dizer isso, sem ciência básica. Respondemos à crise provocada pelo zika e não tínhamos grandes especialistas. Temos especialistas em zika, mas quem respondeu à crise provocada pelo zika foram todos os pesquisadores brasileiros, porque temos uma ciência básica de qualidade e bastante sólida. Isto precisa ser dito sempre: não se faz inovação sem uma ciência básica sólida.

Nós temos parcerias com os Estados. Nós temos os convênios PPP, PRONEX, PRONEM, PP-SUS. Todos esses convênios são importantes, assim como as parcerias e a articulação que o CNPq faz com toda a Esplanada e com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados.

Um programa importante é o programa nacional de ciência e tecnologia. Aportamos recursos de 700 milhões de reais aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia — INCTs, em todos os Estados da Federação. Há uma grande quantidade de pesquisadores para resolver problemas importantes do Brasil, na área de segurança, na área da saúde, na área de desenvolvimento sustentável, na área ambiental e em outras áreas também de importância.

Nós colocamos aqui as áreas de nanotecnologia, energia, engenharia, agrárias, humanas e sociais, exatas, ecologia e saúde, com impactos importantes na população.

Nós temos parcerias com várias indústrias, com vários Ministérios. Eu já falei que o CNPq é a agência da Esplanada e do Brasil e é uma agência extremamente importante. Há colaboração também com as outras agências, como a Financiadora de Inovação e Pesquisa — FINEP, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, a



Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, o Sistema Único de Saúde — SUS, o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, entre outros.

Há projetos de relevância internacional e nacional e projetos ecológicos de longa duração que estão dentro do CNPq. Nós monitoramos biomas brasileiros, sítios ecológicos, há mais de 30 anos. Isso é algo que não é comum no Brasil. Com os projetos ecológicos de longa duração, em vários biomas brasileiros, nós vimos as mudanças nesses biomas, que têm impacto na agricultura, impacto social, impacto no meio ambiente. Essa é a missão do CNPq.

Nós passamos, em menos de 20 anos, da 24ª colocação em produção científica no mundo para 13ª posição no *ranking* mundial, e isso envolve FINEP, CNPq, CAPES e Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. Em 2014, nós empenhamos mais de 3 bilhões de reais através do CNPq — e não é só o recurso próprio do CNPq, que eu vou destacar logo em seguida, que é preocupante. Só que isso começou a cair a pontos bastante alarmantes. Investimos em 2016 menos de 1,6 bilhão de reais, e caiu bastante nos últimos anos. Isso é empenhado de outros Ministérios, do CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. Eu vou destrinchar o que aconteceu.

O FNDCT é o lastro da ciência brasileira, e ele tem sido contingenciado sistematicamente. Já foi dito aqui pelo Fernando que nós arrecadamos neste ano 4,5 bilhões de reais, e foram destinados para divisão entre o CNPq e a FINEP menos de 1 bilhão de reais. Isso é inconcebível! Nós estamos numa crise, e os laboratórios não podem ficar sem dinheiro.

Aqui está o que restou ao CNPq em 2017 e em 2018: menos de 100 milhões de reais.

O orçamento próprio do CNPq, a Fonte 100, sobe para 1,4 bilhão de reais, em 2015, e começa a cair. E com o orçamento destinado pelo Congresso Nacional ao CNPq, colocado em 800 milhões de reais — aumentou um pouco para 1 bilhão de reais —, não chegaremos até setembro. Isso é importante dizer. Será uma crise importante para o CNPq, se não recuperarmos o orçamento para, pelo menos, a



sua base: 1,3 bilhão de reais. Faltam 300 milhões de reais para o CNPq chegar até o final do ano, fazendo o básico, nada de extraordinário, nada além do que estamos fazendo.

O atendimento do CNPq a projetos de pesquisa caiu de 30%, em 2014 — de toda a demanda que chegou nesse ano, atendemos a 30% —, para 21%, em 2017, e também caiu em 2018. A demanda da Chamada Universal, o edital que eu falei que é a base da pirâmide da pesquisa científica no País, aumentou para 23 mil projetos enviados para o CNPq, quando, em 2013, eram 16 mil, mostrando a importância da demanda qualificada da ciência brasileira. E os recursos continuam os mesmos: 200 milhões de reais. Isso é preocupante.

O quantitativo atual de bolsas em curso no CNPq é de 72 mil, sendo que 90% dos nossos recursos estão destinados a isso. Resta pouco para fazermos política nacional de ciência e tecnologia na principal agência de fomento à pesquisa no Brasil. Isso é um ponto importante.

Quanto às bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, com orçamento próprio, aqui eu mostro que 67.537 foram demandadas ao CNPq. A demanda bruta de pós-doutorado, que é tão importante... Nós mandamos mais de 100 mil alunos do Ciência sem Fronteiras para o exterior, e muitos deles são doutores. Nós precisamos de bolsas de pós-doutorado. Por isso, faço esse destaque aqui. A demanda bruta por essas bolsas aumentou. Quase 7 mil pesquisadores mandaram demanda para o CNPq. Olhem o atendimento: passou de 30% para menos de 15%. Isso é uma crise, porque nós não estamos absorvendo os cérebros brasileiros, que estão indo para fora. É muito preocupante.

Quanto às bolsas no exterior — muito se fala em internacionalização, e a CAPES tem um papel importante nisso —, o CNPq atendia — aqui vou destacar o pós-doutorado no exterior — praticamente 50% da demanda. Atualmente, atendemos menos de 4% da demanda. É uma crise que precisa ser mostrada ao Congresso Nacional, a todos os pesquisadores e ao próximo Governo.



Há uma estrada muito longa pela frente que depende desta Casa. O orçamento do CNPq está em 1 bilhão de reais. Não chegaremos até setembro. Para fazer o mínimo, precisamos de mais recursos: 300 milhões de reais.

Eu termino com esta frase: "*Meditai se apenas as nações fortes podem fazer ciência, ou se é a ciência que as torna fortes*". É de Walter Oswaldo Cruz essa frase bastante pertinente.

Precisamos de 2% do PIB em ciência e tecnologia. O próximo Governo anunciou 3% para o setor. Precisamos começar esse movimento agora, porque senão não vamos chegar aos 3% no final do Governo.

Eu agradeço a oportunidade da exposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Marcelo Morales.

Eu quero propor, Deputada Luiza Erundina, fazermos a segunda Mesa e ao final o debate. Pode ser? Mesmo que eu tenha que agregar ao seu tempo o da Liderança do PSOL. Eu estou vendo que V.Exa. está com bastantes anotações e vai precisar de um tempo maior para falar. Pode ser, Deputada? (*Pausa.*)

Então, está bem.

Eu quero só falar à nossa assistência que nós temos, na mesa ao lado, à nossa direita, o formulário de perguntas. Quem quiser levante a mão, e a equipe o levará até os senhores para formularem as perguntas.

Agradeço à primeira Mesa.

Vamos formar a segunda Mesa para depois formarmos uma Mesa final para o debate e as perguntas. Assim teremos uma dinâmica de funcionamento melhor.

Quero também registrar a presença do Sr. Miguel Oliveira, da Associação Brasileira de Linguística; da Sra. Dione Oliveira Moura, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; do Sr. André Gomide, da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas; da Sra. Marimélia Porcionatto, da Sociedade Brasileira de Biologia Celular; da Sra. Selma Jeronimo, da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular; da Sra. Fátima Grossi, da Sociedade Brasileira de Biotecnologia;



do Sr. Marcos Pimenta, que eu já anunciei, da Sociedade Brasileira de Física; da Sra. Mariana de Castro, da Sociedade Brasileira de Toxinologia; e do Sr. Raul Laumann, da Sociedade Entomológica do Brasil. Depois, irei anunciar as demais presenças.

O Deputado Silas Câmara acabou de sair, mas retornará.

Vamos formar, então, a nossa segunda Mesa com os Srs. Elibio Rech, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; Ildeu de Castro Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências — ABC; e Reinaldo Centoducatte, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES.

Passo a palavra para o Sr. Elibio Rech, representando a EMBRAPA.

O SR. ELIBIO RECH - Bom dia.

Deputado Celso Pansera, agradeço-lhe o convite e o cumprimento, estendendo esse cumprimento a todos os membros do Parlamento presentes.

Gostaria de cumprimentar também os integrantes desta Mesa, assim como os que integraram a Mesa que acabou de ser desfeita.

Eu estou representando aqui o Presidente da EMBRAPA, o Dr. Sebastião Barbosa, e vou fazer uma apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Uma correlação importante entre a ciência e tecnologia e o papel na nossa geração de riquezas envolve vários aspectos que têm que ser cada vez mais sinérgicos na sua operacionalização.

Ao mostrar o mapa global, eu gostaria de enfatizar que, ao olharmos o agronegócio e a ciência e tecnologia, nós não devemos imaginar que nós estamos isolados e pensar que nós estamos somente trabalhando a ciência e tecnologia relacionada ao Brasil. Nós temos que ver e encontrar o nosso espaço no mundo global, porque não existe mais ciência e tecnologia destituída e segmentada em cada país. Caso contrário, nós não teremos competitividade no futuro.



E começo com uma pergunta global: *"Como nós podemos intensificar a produção de alimentos de forma massiva e sustentável, incluindo a redução de iniquidade?"* Esse é um grande desafio, mas absolutamente possível e que tem como base a ciência, tecnologia e inovação.

A biodiversidade — estas são algumas fotos muito bonitas de alguns dos nossos parques nacionais — sustenta o agronegócio brasileiro. Todos sabem que o agronegócio brasileiro é o principal responsável pela geração de riqueza no nosso País. Uma grande percentagem da riqueza gerada no Brasil advém do agronegócio, que é sustentado pela biodiversidade, através dos sistemas aquíferos, da proteção do solo, da reciclagem de nutrientes, da estabilidade climática. Ou seja, a ninguém interessa mais a conservação da biodiversidade do que ao agronegócio.

E nós podemos expandir esse conhecimento do agronegócio para novas tecnologias, que nós dominamos hoje, estruturadas pelo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que envolve todas as agências e vários institutos e todas as universidades e institutos de pesquisa, que trabalham sempre em sinergia com a EMBRAPA, no sentido de agregar valor.

Vou dar um exemplo emblemático do uso de ciência e tecnologia para avanços científicos: a soja. Em 1990, 1991, nós usávamos aquela quantidade de solo — depois eu vou colocar os números — para produzir uma quantidade, talvez, 5 vezes menor de sementes. Em 2011, 2012, nós reduzimos o uso do solo, utilizamos menos espaço, para produzir 3 vezes mais soja. A nossa perspectiva é de que, em 2030, nós tenhamos duplicado a produção com o mesmo uso de solo de hoje.

Quem é responsável por isso? É a ciência e tecnologia do nosso País. O que está embutido nessa produção, que aparentemente é uma produção de matéria-prima, é muita ciência e tecnologia embutida. Isso enfatiza, uma vez mais, que investir em ciência e tecnologia não é necessariamente algo que nós desejamos, mas é imperativo para a nossa competitividade no futuro.

Vou colocar os números que a ciência e tecnologia gerou e o que está embutido nisso. O ciclo de dias, que eram de 140 a 150 dias, nós reduzimos para



120; o número de plantas por hectare, que eram 550 para produzir aquela quantidade de sementes, nós reduzimos à metade e produzimos 3 vezes mais do que nós produzíamos no passado. A produtividade aumentou — praticamente duplicou, e nós queremos duplicar de novo nos próximos 10 ou 15 anos —, e a população rural diminuiu. Esse é um fato sobre o qual vou discorrer em breve.

Qual a estrutura que sustenta esse agronegócio? Nós temos, aproximadamente, 1 milhão de estabelecimentos — é a barra na cor verde —, que produzem 92,4% do valor bruto da nossa produção. E nós temos, por outro lado, mais de 3 milhões de estabelecimentos que produzem apenas 7,6% da produtividade nacional.

Não obstante, eu gostaria de enfatizar, ao lado, áreas degradadas que vou mencionar mais abaixo. Eu não estou falando em relação à improdutividade desse segmento de 3,6 milhões de estabelecimentos, mas, sim, à pujança que esse segmento tem. Eu vou explicar no próximo eslaide.

A estrutura da agricultura brasileira pode ser dividida em 3 segmentos: o de renda anual acima de 80 mil reais, as classes A e B; o de renda entre 19 mil reais e 80 mil reais, a classe C; e esses 3 milhões que citei, que estão embutidos dentro das classes D e E.

Os senhores podem ver que o que determina a mudança de classe é um componente muito importante: tecnologia. A tecnologia é decisiva para os segmentos mudarem de uma classe para outra — não é o único, mas é um componente-chave.

Volto a falar sobre áreas degradadas. Nós temos milhões de hectares de áreas degradadas. Temos que pensar agora como planeta. Lembrando o primeiro eslaide que eu mostrei, o do globo terrestre, nós seremos capazes — e temos tecnologia suficiente para isso — de reflorestar e ter zero de área degradada neste País em poucos anos. Isso depende de uma ação do Estado.



Isso teria uma visibilidade internacional magnífica para o agronegócio e para o PIB nacional. Então, esse é um desafio para todos nós. Temos competência, e isso depende de ciência, tecnologia e inovação.

O comentário geral sobre esses pontos que eu abordei é que a introdução de ciência e tecnologia no setor constitui, como já mencionei, componente-chave na transição de classes de renda. As políticas públicas direcionadas para as classes A, B e C estão adequadas. Entretanto, não estão adequadas para grande parcela das classes D e E.

Todos nós reconhecemos que os avanços e os esforços de políticas públicas direcionadas para o setor têm contribuído. Contudo, eles não conseguem atingir setores muito mais vulneráveis, e isso é um desafio que nós temos que enfrentar.

Tudo isso nós estamos associando ao que nós chamamos de uma nova atividade econômica, a bioeconomia, uma atividade com base especificamente na ciência e tecnologia. Em outras palavras, é preciso conhecer profundamente todos esses processos moleculares e sistemas biológicos, para que nós possamos melhorar os nossos processos industriais.

Temos ciência de que o sistema agrossilvipastoril causa impactos ao meio ambiente, isso é um fato. Entretanto, temos consciência da existência de tecnologias no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e no arcabouço de regulamentação, fiscalização e políticas públicas que devem ser intensificadas para minimizar esses impactos e aumentar a competitividade do agronegócio.

A relação entre biodiversidade, agronegócio e bioeconomia vai ao fundamento para nós intensificarmos de forma sustentável o progresso e a competitividade do Brasil em âmbito internacional.

Finalmente, eu gostaria de deixar a mensagem de que competitividade no futuro demanda intensificar investimentos em ciência e tecnologia hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Elíbio Rech.



Quero registrar a presença da Sra. Cecília Leite, Presidente do IBICT; da Profa. Guida Aquino, Reitora da Universidade Federal do Acre; do Sr. Alexandre Ricardo Hid, Pró-Reitor de Planejamento da Universidade Federal do Acre; do Sr. Gustavo Oliveira Vieira, Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a UNILA; do Sr. Roberto Muniz, Diretor da Associação dos Servidores do CNPq; do Sr. Robelio Leandro Marchão, da Sociedade Brasileira de Ciências; da Sra. Priscila Solis Barreto, da Sociedade Brasileira de Computação; dos Srs. Joseph Weiss e Armando Kokitsu, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica; do Sr. Bernardo Pinheiro de Alvarenga, da Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo.

Agora eu passo a palavra para o Presidente da SBPC, o Sr. Ildeu Moreira.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Bom dia a todos e a todas. Eu quero agradecer ao Deputado Celso Pansera e à Deputada Luiza Erundina o convite. Agradeço também ao Deputado Celso Pansera pelo esforço grande de organizar esta audiência pública, que está numa quadra em que as entidades científicas estão fazendo atuação junto ao Congresso Nacional para o orçamento de 2019.

O nosso objetivo importante aqui é discutir evidentemente a situação, a crise que nós estamos vivenciando, mas também influenciar esta Casa na votação do orçamento que vai se dar nas próximas semanas e que atinge profundamente a ciência e a tecnologia. Então, eu vou ser um pouco mais pragmático no sentido de trazer propostas. Os colegas anteriores das agências e o Elibio já trouxeram um quadro mais geral da ciência brasileira, dos desafios que nós temos. Eu vou me pautar um pouco mais na questão específica do orçamento de 2019 e no diálogo que temos de ter agora com o novo Governo. Nós temos a preocupação de que não haja descontinuidade em várias ações importantes que há na ciência e tecnologia, no nosso sistema, que está certamente combalido em função dessa crise dos últimos anos, mas que certamente tem muita coisa importante que precisa ter continuidade.

(Segue-se exibição de imagens.)



Eu aponteí aí os desafios, que já estão colocados e todos sabem, mas é bom nós nos recordarmos também que um grande desafio para o Brasil, para a ciência brasileira, é a educação básica — a educação em todos os níveis, mas a educação básica em particular — e a educação científica. E neste momento há as questões da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do ensino médio, e nós estamos extremamente preocupados, porque essa reforma não tem atendido adequadamente aos nossos anseios por uma educação científica de qualidade.

A questão dos recursos será um ponto central na nossa discussão. Há um elemento que nós temos discutido também no CCT, que é a questão da recomposição da força de trabalho, inclusive nos institutos de pesquisas, que estão com a força de trabalho muito envelhecida, no sentido de que está prestes a se aposentar. Nós temos de pensar nos institutos do Ministério, aproveitando a presença dos colegas do Ministério, porque esse é um problema a ser abordado.

Há também a questão do marco legal da desburocratização. Houve um esforço grande das entidades que estão aqui presentes. A Profa. Helena, Presidente de Honra da SBPC, está aqui. Ela fez um esforço muito grande, com muitos de vocês, e foi estabelecido o marco legal que foi regulamentado neste ano, mas que tem que ser implementado de fato. Então, há um desafio grande de que essa legislação se transforme em realidade. E, certamente, ainda há muitos outros aspectos, uma vez que estamos num momento crítico de discussão também do cadastramento da Lei da Biodiversidade.

As restrições legais impostas aos pesquisadores são extremas. Então, nós temos toda uma discussão também de diminuição desse processo que restringe muito a possibilidade de se fazer pesquisa no Brasil.

Melhorar a qualidade da pesquisa na universidade e nas instituições é um desafio permanente nosso. Certamente, tem que haver mais eficácia, aquilo que o Fernando dizia, no sentido de que o recurso público empregado nas nossas instituições tem de ter mais retorno, mais eficácia, mais resultado. Essa é uma



preocupação permanente, e temos de melhorar a gestão, a avaliação, para que isso aconteça. Esse é um desafio que nós temos todo o tempo.

Outro ponto que já foi levantado aqui é a questão da inovação tecnológica. O Brasil está com aquele descompasso muito grande entre uma ciência produzida que já melhorou muito, mas índices muito baixos ainda de inovação. E, quando eu falo de inovação, eu me refiro também à inovação social, aquela que volta para a sociedade, para o meio ambiente, para as classes mais pobres da população brasileira, com as quais o sistema de ciência e tecnologia pode contribuir muito.

E certamente compartilhar esse conhecimento é um desafio permanente dentro de um projeto de Nação democrática que todos nós queremos. Para isso, há algumas pré-condições. A pré-condição básica está tendo seus 30 anos comemorados agora, a Constituição brasileira, que estabeleceu direitos individuais, direitos coletivos, liberdade acadêmica, liberdade democrática. Essas são condições de base que a sociedade brasileira conquistou e que a ciência brasileira precisa para se desenvolver e produzir mais para a sociedade brasileira.

Lembro que a SBPC tem uma história, e aqui eu gostaria de agradecer a presença de mais de 40 representantes de sociedades científicas, Deputado. A SBPC tem 142 sociedades científicas afiliadas, e há outras aqui. Então, eu acho que é um momento muito importante elas estarem aqui presentes, apesar de todas as dificuldades de se moverem para Brasília, porque as nossas sociedades em geral não têm recursos para isso. Mas estão aqui presentes, porque acham que é importante lutar pela ciência brasileira. Como fizemos no ano passado, vamos fazer neste ano e no ano seguinte. Ou seja, nós precisamos ter uma presença mais permanente das sociedades científicas, de toda a representação das instituições da ciência brasileira, dentro do Congresso Nacional.

Gostaria de recordar que nós estamos comemorando os 30 anos da Constituição, e o Capítulo que trata da ciência e tecnologia foi feito por nós, junto com o Congresso Nacional. Foi decisiva a participação da academia, do SBPC, de todas as entidades naquele momento, para podermos ter uma legislação voltada



para ciência e tecnologia. Isso permitiu também a criação das FAPs, uma questão importante, não é, Zaíra, nessas últimas décadas.

Esses dados já foram mostrados, então vou passar muito rapidamente por eles, mas registro só uma preocupação: o Brasil atingiu o 13º lugar em produção científica, mas os últimos dados estão acenando, pelo que apurei, a partir de conversas com colegas do CGE, que estamos diminuindo essa produção. Essa diminuição é lenta, mas já está se delineando que o Brasil vai perder suas posições, inclusive em produção científica, se a crise que nós estamos vivendo permanecer. E essas coisas descem rápido, se mantivermos um sistema estrangulado como esse em que estamos vivendo.

Lembro um dado que já foi mencionado sobre inovação. Lembro também que as grandes revistas internacionais *Nature* e *Science* fizeram editoriais recentes revelando preocupação com a ciência brasileira. A ciência brasileira tem repercussão internacional significativa, e esse desmonte que nós estamos vivendo certamente preocupa muitos cientistas do mundo inteiro, não só os brasileiros, e as revistas principais do mundo têm trazido isso.

Agora voltemos à questão do orçamento. Vejam que o orçamento global para o ano que vem do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aumentou algo na ordem de 2,4 bilhões de reais, mas esse aumento aparentemente não se voltou para investimentos em ciência e tecnologia, porque uma parte dele é para inversões financeira, no valor de 1,3 bilhão de reais, inversões financeiras na TELEBRAS e na Empresa de Correios e Telégrafos. Esse valor não se acrescentou para investimento em ciência e tecnologia. E há uma parte ali que foi o aumento da arrecadação do fundo setorial, que é da ordem também de quase 1 bilhão de reais, só que foi congelado. Então, na realidade, nós podemos olhar o orçamento deste ano e ter a impressão de que o orçamento do Ministério subiu. De fato, ele subiu, formalmente, mas para a ciência, na verdade, para as agências de fomento, para os projetos todos da pesquisa brasileira, para esse investimento, ele não aumentou



nada. Pelo contrário, ele foi congelado mais ainda. Essa é uma preocupação intensa.

Vejam que a reserva de contingência... Hoje o Ministério tem um orçamento direcionado, mais ou menos, em um terço para investimentos, mais inversões; um terço para pessoal e encargos; e um terço em reserva de contingência. Essa reserva de contingência de 5,2 bilhões de reais é absurda! Não existe outro termo para designar isso, porque é um recurso que vem inclusive da iniciativa privada, recursos de áreas econômicas importantes, destinado a pesquisa e desenvolvimento pela lei, e são congelados, não podem ser utilizados. Esse é o famoso tiro no pé que estamos dando, em relação à ciência brasileira. E esse certamente é um dos pontos em que temos que insistir muito na mudança para o Orçamento de 2019. Isso sinaliza para os orçamentos dos anos seguintes. É claro que nós temos a Emenda Constitucional nº 95, uma tragédia não mais anunciada apenas, porque agora é real, e que está manietando esse investimento. Mas nós temos que inverter esse quadro. Essa é uma luta política importante de todos nós.

Aí estão as propostas mais imediatas que estamos trazendo: aumentar em 300 milhões de reais o orçamento para o CNPq, para a água ficar na altura do nariz, não é, Marcelo? Ali há um sinal de mais porque precisaríamos aumentar ainda mais o orçamento do CNPq. Trezentos milhões é para se fazer aquilo que se fez neste ano, para não se parar de pagar bolsas em setembro. Então, essa é uma demanda imediata.

A segunda delas é eliminar essa reserva de contingência do FNDCT, que esse ano significa 3,4 bilhões de reais. É absurdo, sob qualquer aspecto legal, sob qualquer aspecto de visão de desenvolvimento, que se mantenha essa reserva de contingência. Ela está colocada lá, mas isso pode ser mudado por esta Casa. Evidentemente, uma sinalização do novo Governo nessa direção seria importante — eu vou voltar a isso um pouco mais à frente — e já existe a sinalização nessa direção.



Com relação aos recursos, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem apontado também que algumas áreas precisam de recursos adicionais. Eu estou listando a demanda do Ministério. Há uma justificativa para isso. Uma área importante, sempre mencionada, mas que normalmente tem recursos muito reduzidos, é área que leva a ciência para a sociedade. A área de propagação da ciência está sendo destruída no Ministério. O orçamento deste ano para essa área está 40% abaixo do orçamento do ano passado, que já era ridículo. Há poucos recursos para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, para as feiras, para uma série de atividades que vão nessa direção. Esses são pontos que temos levantado.

E há as legislações que estão no Congresso e que também, como já foi mencionado, são importantes: o PL que prevê 25% do Fundo Social do Pré-sal para ciência e tecnologia, um projeto de lei do Deputado Celso Pansera; o projeto de lei do Senador Otto Alencar, para o não contingenciamento dos recursos FNDCT e de outros fundos, porque existem outros fundos importantes que também estão com seus recursos congelados. Essas são demandas que esta Casa, se quiser, pode resolver. E acho que é o papel da comunidade científica trazer para cá essas proposições, essas questões, para podermos discutir.

Eu ia mencionar os dados de investimento, mas esses gráficos são muito conhecidos. Eles mostram a queda abrupta de recursos e de investimentos que tivemos nesses anos todos.

A situação do CNPq, como o Marcelo já mencionou, também está crítica, porque seu orçamento foi reduzido em 28% do ano passado para cá. E aí sofreram impacto as bolsas do CNPq de mestrado, as bolsas no exterior, o número de projetos aprovados, os INCTs.

No caso da FINEP, que o Fernando mostrou, também há aquele congelamento absurdo.

A CAPES, como o Geraldo mencionou, teve aquela recuperação para se manter na ordem de 4 bilhões de reais o seu orçamento, mas certamente existe o problema que você mencionou: custeio e capital — o custeio em particular — estão



sofrendo. Estamos ficando satisfeitos porque a CAPES está mantendo a água à altura do nariz, digamos assim, mas nós certamente precisamos pensar em favorecer isso.

Quando fazemos a comparação internacional, é melhor nem mostrar os números, porque nos dá um certo desânimo. Mas eu queria mostrar, porque eu vou chegar à resposta do novo Governo, que sinaliza o aumento da porcentagem do PIB para ciência e tecnologia, porque o Brasil está lá na faixa de 1,2%, e os outros países estão em 3%. A média da Europa está chegando a 3%, a China está subindo rapidamente. Esse é um desafio, porque ciência se faz de maneira internacional, e inovação também. Se nós não olharmos esses números, ficamos só pensando nos números com referência ao Brasil, e fica parecendo que é muito dinheiro, diante da pobreza que temos às vezes em muitos programas sociais brasileiros. Parece que é muita coisa para a ciência, é muita coisa para a universidade. Vão olhar o que estão fazendo os outros países, que estão vendendo os nossos... E nós compramos esses produtos nos nossos mercados.

Eu vou terminar rapidamente, Deputado. Nós fizemos no ano passado esta carta ao Congresso Nacional, e hoje ela se renova. Fizemos a justificativa desse investimento. A população brasileira também reconhece que é importante esse investimento. Fizemos essas várias atividades, como vamos fazer hoje. Hoje nós temos com a Relatora Setorial de Ciência e Tecnologia, a Senadora Ana Amélia — e agradecemos a S.Exa. a oportunidade que nos deu —, um encontro com algumas das nossas entidades, para podermos exatamente levantar esses pontos. Nós vamos insistir para que o Congresso Nacional modifique o orçamento, porque é papel desta Casa decidir o orçamento do País. Isso é fundamental. Se a área da ciência e tecnologia está sendo profundamente atingida, se isso tem impacto no País, o Congresso Nacional pode mudar isso.

Evidentemente há uma discussão sobre os programas mobilizadores, como já foi mencionado. Nós fizemos uma atuação junto aos candidatos.



Vou rapidamente mencionar, Deputado, que houve, no ano passado, relatório do Senador Jorge Viana, que não foi aprovado, sobre a preocupação de não contingenciar os recursos. Depois tivemos só uma vitória parcial no Orçamento de 2018.

Aqui eu lembro a carta que o Presidente eleito enviou para a Academia Brasileira de Ciências e para a SBPC, recentemente, no segundo turno das eleições, quando nós fizemos algumas questões. Lá está escrito que no novo Governo serão tratadas com prioridade as questões de ciência e tecnologia. Ele acena com níveis de orçamento para o setor entre 10 bilhões de reais e 15 bilhões de reais ao longo do mandato. Eu espero que esse orçamento signifique investimento, porque o orçamento global já está nessa ordem. Esse montante para investimentos significaria aumentar em 3 vezes o investimento ao longo do mandato, o que é uma meta ousada, mas que achamos absolutamente factível e interessante.

O documento aponta também para os 3% do PIB aplicados em ciência e tecnologia, a serem atingidos ao longo do mandato. Essa nos parece uma meta extremamente ousada. O Governo terá de ter uma política de investimento e de mobilização do setor empresarial, do setor privado, para aportar recursos. Nós falamos sempre em 2%, que é o mantra que a comunidade científica tem usado, e ele avançou para 3%. Nós encampamos os 3%. Acho que o Brasil deve ter isso como meta nos próximos anos. Certamente vai ser um desafio chegarmos a isso.

Estou dizendo aos Deputados, aos Parlamentares deste Congresso, que, na resposta do novo Governo, ele acenou nessa direção. Mas essa mudança começa agora, no Orçamento de 2019. Se não começar em 2019, certamente, durante o mandato vai ser muito difícil cumprir os compromissos que já foram feitos.

Essa é a carta que nós recebemos, inclusive com a valorização da educação científica. O Ministro indicado, Marcos Pontes, com quem temos dialogado, já se comprometeu a fazer uma discussão próxima com os representantes da comunidade científica, exatamente para tratar disso. E nós queremos discutir isso



e queremos ter diálogo também sobre as reestruturações que estão em pauta. Nós queremos também influenciar, para que o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia seja aprimorado, seja melhorado e não seja descontinuado, como temos visto nos anos recentes.

Desculpem-me por ter me estendido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Ildeu.

O Ildeu citou as sociedades brasileiras. Trinta sociedades estão presentes aqui. Aos poucos eu as vou anunciando. Agora anuncio a presença de Andrea Haibara, da Sociedade Brasileira de Fisiologia; Natalia Duarte, da Associação Nacional de Política e Administração de Educação — ANPAE; Regina Dantas, da Sociedade Brasileira de História da Ciência; Walcy Santos, da Sociedade Brasileira de Matemática; Pablo Martín Rodríguez, da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional; Gustavo Romero, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical; Maria Thereza Giraldi, da Sociedade Brasileira de Micro-ondas e Optoeletrônica; e Ronaldo Pilati, da Sociedade Brasileira de Psicologia.

Chega agora o querido Deputado Arolde de Oliveira, eleito Senador pelo Estado do Rio de Janeiro e membro atuante desta Comissão. Seja bem-vindo também. É um prazer tê-lo conosco.

Agora vou franquear a palavra ao nosso próximo palestrante, o sétimo expositor, Luiz Davidovich, Presidente da Associação Brasileira de Ciências — ABC.

O SR. LUIZ DAVIDOVICH - Bom dia!

Quero cumprimentar o Deputado Celso Pansera, que tem sido um batalhador da causa da ciência, tecnologia e inovação no País. S.Exa. tem promovido audiências públicas e Comissão Geral no Congresso, o que tem permitido à comunidade científica, à comunidade acadêmica, interagir com o Congresso Nacional. Esta é a Casa, realmente, onde as grandes decisões sobre a agenda nacional devem ser tomadas.



Quero cumprimentar a Deputada Luiza Erundina, a quem agradeço a presença constante nas audiências públicas na área de ciência e tecnologia e educação. Isso tem sido muito importante.

Quero cumprimentar o Deputado Arolde de Oliveira, agora Senador Arolde de Oliveira, do meu Estado, Rio de Janeiro, onde está sediada a Academia Brasileira de Ciências. É um prazer vê-lo aqui. Estamos muito satisfeitos de saber que o senhor também está na Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós acreditamos que ela tem importância fundamental para o desenvolvimento do País.

Eu trouxe dois eslaides, mas vou pular o primeiro, porque o assunto já foi comentado. O eslaide trata do orçamento para o ano que vem. O Ildeu já falou sobre ele, e eu não precisaria voltar a esse assunto. Mas quero fazer breves comentários.

O primeiro comentário importante é que não deve ser confundido orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia com o total para custeio e capital. São duas coisas diferentes. O orçamento é de 15 bilhões de reais, mas envolve capitalização da TELEBRAS, Correios e Telégrafos. Enfim, o que importa realmente para pesquisa e desenvolvimento é o total de custeio e capital, os investimentos que são feitos, por exemplo, pela FINEP. É isso o que está em debate aqui, e é justamente esse valor que tem decrescido, como numa montanha-russa, para baixo, nos últimos anos no País.

Por acaso, eu voltei ontem à noite da China. Os senhores podem imaginar qual é a minha situação em termos de fuso horário. Está meio complicada. Estou confuso — "confuso" horário. Particpei lá de uma conferência de 3 dias — sábado, domingo e segunda, porque lá eles trabalham também no fim de semana —, para a fundação de uma nova organização internacional de ciência, o que eles chamam de aliança das organizações nacionais de ciência.

Nas Américas, incluindo Estados Unidos e Canadá, três instituições são membros fundadores dessa nova organização internacional, e uma delas é a Academia Brasileira de Ciências. Então, fomos lá como membro fundador. Eu dei uma palestra chamada *keynote*, na abertura da reunião. Falei sobre os progressos



da ciência brasileira, que já foram mencionados aqui antes, progressos esses, aliás, que são conhecidos pelos chineses, pela Academia de Ciências da China e pelo Governo chinês, às vezes até mais do que por algumas das nossas autoridades. Devo dizer que eles conhecem muito bem as iniciativas boas que estão acontecendo no Brasil e conhecem também os percalços que temos atravessado.

Visitando a China, eu vi que, se o Brasil quiser ter um protagonismo internacional, se quiser sobreviver no mundo contemporâneo, que é o mundo do conhecimento, que é o mundo do *soft power*, quer dizer, do poder baseado no conhecimento, no comércio, e não nas armas, vai ter que mudar drasticamente o rumo dos seus investimentos em ciência e tecnologia.

O que ouvi aqui hoje foi muito interessante do ponto de vista dos progressos da ciência no Brasil. Mas, de certa forma, também é preocupante quando as pessoas começam a falar em um orçamento que vai viabilizar a subsistência das instituições, vai permitir que elas continuem a fazer o que já faziam até agora, como no caso da CAPES. A algumas ele permitirá menos. Com o orçamento atual, as bolsas do CNPq terminam em setembro. Então, de fato, nós estamos pensando em termos de subsistência. Isso é derrota, isso é destruição do País. Nós temos que pensar em como avançaremos para o futuro.

O que está faltando, no meu entender, é uma agenda nacional de desenvolvimento. Foi isso o que eu vi na China, e não só lá. Lá estavam reunidas academias de ciência, instituições de apoio à ciência, conselhos de pesquisa de vários países da Ásia, da Europa, da África, com um ímpeto desenvolvimentista muito forte. Na África, há uma Ruanda que está investindo pesadamente em ciência e tecnologia e mudando seu panorama, sua participação internacional. Na Europa, por exemplo, a Eslovênia saiu do nada para um progresso extraordinário em termos de inovação.

E nós, aqui, estamos andando, de fato, para trás. Por quê? Porque, atualmente, o progresso tem que ser medido em termos do que está acontecendo mundialmente. Não adianta compararmos o Brasil com ele mesmo. Temos que ver



como o Brasil se compara com esses outros países, Senador. E isso está nos preocupando muito. O Brasil está andando para trás em relação aos outros países.

Uma história que os ecologistas gostavam de contar era a da Rainha Vermelha, de Lewis Carroll, em *Alice através do Espelho*. É mais ou menos assim: Alice estava correndo e percebia que os móveis da sala continuavam na mesma posição em relação a ela. A Rainha Vermelha então diz a ela: "*Mas, Alice, não adianta correr. Você tem que correr mais do que os outros*". Então, este é o princípio da Rainha Vermelha, que os ecologistas usam para a evolução natural: você tem que correr mais do que os outros. E o Brasil está correndo menos do que os outros. Está indo para frente, tivemos vários progressos, mas temos que fazer muito mais. Essa é a questão que o Governo tem que enfrentar — nós esperamos que o novo Governo o faça —, mas que o Congresso Nacional também deve enfrentar.

Eu quero dar um exemplo aos senhores, que está no segundo eslaide da minha apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta é uma notícia que apareceu na *Nature*. Recentemente, Trump enviou para o Congresso norte-americano orçamento com pesados cortes na área de ciência e tecnologia. O Congresso norte-americano, numa ação bipartidária — republicanos e democratas —, não só anulou os cortes como também acrescentou 20 bilhões de dólares ao orçamento para a ciência e tecnologia dos Estados Unidos.

Nesse gráfico os senhores veem o resultado do que o Congresso norte-americano fez. As barras azuis representam a mudança percentual para 2018 em relação ao orçamento de 2017. Os senhores veem aumentos para o National Institutes of Health; para o National Science Foundation, que é o CNPq de lá; para a NASA, em atividades espaciais; para o Departamento de Energia, etc. Em azul-escuro está o aumento percentual com relação à proposta da Casa Branca para 2018. Olhem só como esse aumento percentual — produzido pelo Congresso norte-americano em relação à proposta do Executivo — foi muito importante. Trump, uma



vez que a ação foi bilateral, assinou, evidentemente, a proposta do Congresso, que está efetiva.

Por que isso acontece nos Estados Unidos? Uma das razões, é claro, e este exemplo denota isso, é que há uma sintonia forte do Congresso norte-americano com as necessidades do país: necessidade de protagonismo internacional, necessidade de bem-estar da sociedade norte-americana. Há uma forte sintonia nesse sentido. Há também, por trás disso, um forte envolvimento do PIB norte-americano, de grandes empresas: IBM, Google, General Motors. Elas estão lá por trás, pressionando o Congresso norte-americano a não deixar cair o orçamento de ciência e tecnologia.

De fato, a política que essas empresas têm aplicado ao longo dos últimos anos é a de pressionar o Congresso a financiar as universidades norte-americanas, para que elas façam a pesquisa básica e aplicada, enquanto as empresas ficam com o desenvolvimento do produto, que tem bem menos risco. Isso é óbvio, é uma lógica muito clara. Eles deixam o governo financiar pesquisa básica e aplicada, e as empresas ficam com o menor risco.

No Brasil há iniciativas importantes nesse sentido. Está aqui o Jorge Guimarães, Presidente da EMBRAPA, que está fazendo essa articulação entre universidades e empresas de maneira muito eficaz. A FINEP tem proporcionado isso também. Mas nós temos que avançar mais nesse sentido, e esses cortes orçamentários estão impedindo esse avanço.

É bom mencionar também que, nas universidades norte-americanas — este é um exemplo, na Europa isso é mais acentuado ainda —, o grosso dos recursos para ciência e tecnologia vem do governo, vem do Departamento de Energia, vem do Departamento de Defesa. Ele vem do governo. O financiamento direto de empresas para pesquisa nas universidades é pequeno, até por causa dessa lógica. As empresas desenvolvem suas pesquisas de produto nelas próprias. Em alguns lugares, como o Massachusetts Institute of Technology, é maior essa participação das empresas, mas, em média, é menor do que o investimento do Estado. Então,



mesmo nos Estados Unidos, o investimento do Estado é o mais importante nas universidades, em termos de pesquisa e desenvolvimento. É bom ter essa consciência.

Então, do que nós precisamos no Brasil? Incentivar o investimento em pesquisa e desenvolvimento das empresas. Quem faz patente nesses países são empresas, não são universidades. É preciso deixar isso muito claro. Universidade lá desenvolve pesquisa básica e aplicada, mas não produto; produto é desenvolvido pelas empresas.

É importante ressaltar também que apenas 2% das matrículas em ensino superior nos Estados Unidos estão nas instituições privadas com objetivo de lucro. A Yale e a Stanford não são do Estado, mas também não têm objetivo de lucro. Todos os recursos que elas conseguem são reinvestidos nas próprias instituições. No Brasil, 75% das matrículas no ensino superior são feitas em instituições privadas, cuja grande maioria têm objetivo de lucro. Não estou fazendo juízo de valor, estou apenas comparando diferentes organizações sociais no Brasil e em outros países. Na França, na Alemanha, na Itália, evidentemente, o percentual de investimento público é muito maior.

A mensagem básica que eu queria deixar aqui é que nós temos que pensar não apenas em termos do Orçamento do ano que vem. Nós temos que pensar, no Congresso Nacional e também no Poder Executivo, em termos de uma agenda nacional para o País. Há contribuições da comunidade científica para essa agenda, da SBPC e da ABC.

Eu queria dar dois exemplos. Este é o documento que nós distribuimos para os candidatos a Presidente do Brasil. É um documento sucinto, com propostas de políticas públicas para a ciência e para a inovação no Brasil. Está disponível na página da Academia Brasileira de Ciências, para ser baixado.

Há outro documento, bastante volumoso, intitulado *Projeto de Ciência para o Brasil*. Ele aborda vários temas importantes para a ciência brasileira. Há um capítulo dedicado à inovação. Jorge Guimarães foi um dos autores desse capítulo,



juntamente com o Alvaro Prata e o João Fernando Gomes de Oliveira, que é membro da Diretoria, atual Vice-Presidente da Academia. Esses documentos estão à disposição do poder público, do Congresso Nacional, do Poder Executivo. Nele há várias recomendações, pesquisas que vão do cérebro para a nanotecnologia, para ecossistemas, para a inovação. Então, sugiro ao Congresso, aos Parlamentares, especialmente àqueles mais próximos dessa questão, que vejam esses documentos, que os leiam. Isto aqui é trabalho de 180 cientistas — fiquei até surpreso com a adesão a esse trabalho — que contribuíram para fazer este livro.

Portanto, existem as propostas. É uma proposta de ciência, tecnologia e inovação que comporá a agenda nacional de desenvolvimento. As propostas estão aí, a questão é implementá-las, executá-las.

Esse é o recado que eu queria deixar aqui, muito claro. Quero dizer também que fico muito satisfeito de ter aqui, ao meu lado, o Elíbio, que é membro da Diretoria da Academia Brasileira de Ciências e nos ajuda muito nessas questões de pensar a inovação no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Luiz Davidovich.

A Sra. Maria Fátima Grossi de Sá representa aqui o Presidente da Sociedade Brasileira de Genética, Sr. Márcio de Castro Silva, que não pôde se fazer presente, mas aqui está por meio de sua representante.

Outros representantes presentes são: Norberto Lopes, da Sociedade Brasileira de Química; Ugo Dias, da Sociedade Brasileira de Telecomunicações; Carla Simone Pavanelli, da Sociedade Brasileira de Zoologia; e Anderson Santos, da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura.

Espero ter registrado a presença de todos os representantes das instituições presentes.

Quero agradecer também à Mariana, da SBPC, pelo apoio, sempre presente. Valeu!



Agradeço também ao Fernando Verissimo, da Academia Brasileira de Ciências, e a todos os demais assessores que sempre nos ajudam nos eventos e nas atividades da ciência aqui na Casa.

Por fim, passo a palavra ao último expositor, o Sr. Reinaldo Centoducatte, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES.

O SR. REINALDO CENTODUCATTE - Bom dia.

Queria saudar e agradecer o convite ao Deputado Celso Pansera, que preside esta audiência pública. Cumprimento ainda a Deputada Luiza Erundina e o Senador Arolde de Oliveira.

Acho importante, neste momento de transição e de mudança de governo, que façamos esta discussão e estas reflexões. Entendemos que elas são importantes para a educação brasileira, a ciência, a tecnologia e a inovação.

Eu vou me ater, na minha fala, às universidades. Ouvimos muita falas ligadas às questões de ciência e tecnologia. Vou tentar apresentar o quadro da universidade: como estamos vivendo, quais são as dificuldades que enfrentamos e as necessidades, e o que estamos dispostos a trabalhar para resolvê-las.

O sistema de universidade federal brasileiro, nos últimos anos, teve uma expansão significativa: a oferta de cursos e vagas praticamente dobrou na graduação e mais que quadruplicou na pós-graduação. Então, as universidades federais brasileiras dobraram as vagas dos seus cursos de graduação e quadruplicaram seus programas de pós-graduação.

Com a reserva de vagas, hoje, mais de 60% dos estudantes de nossas universidades são de setores sociais de baixa renda, isto é, de renda *per capita* familiar inferior ou igual a 1,5 salário mínimo. Esse é hoje um retrato que reflete a sociedade brasileira. A composição dos estudantes de graduação de nossas universidades é hoje o reflexo da nossa sociedade.

Vivemos, nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, um problema sério do ponto de vista do financiamento das universidades. Então, em relação à questão



orçamentária e financeira, praticamente mantivemos congelados os recursos de custeio. Os recursos de capital hoje estão em torno de 20% daquilo que tínhamos em 2014 e 2015. Desconhecemos a quantidade de recursos de capital para o orçamento das universidades em 2019. Ainda estamos em processo de negociação com o Ministério da Educação.

Isso significa o quê? Significa, principalmente, um quadro de difícil planejamento. Se não temos os recursos de capitais alocados nas instituições, temos dificuldade de planejar. Como nós temos investimento significativo no processo de expansão e ainda estamos nessa dinâmica de crescimento, muitas demandas se acumulam, tanto do ponto de vista da ampliação das necessidades de custeio, quanto de investimento. Nós estamos praticamente estagnados em relação aos investimentos. As universidades públicas brasileiras respondem por mais de 90% da produção científica deste País. Nós fazemos parte disso. As universidades federais contribuem significativamente para essa produção. Então, mais de 50% dessa produção científica está ligada diretamente às atividades das nossas universidades.

Precisamos discutir essa questão do financiamento das universidades. Os problemas se acumulam em um conjunto de dificuldades que poderiam ser resolvidas simplesmente com a modificação, por exemplo, das leis orçamentárias. As universidades captam recursos, mas não têm orçamento para utilizá-los. Como podemos captar recursos se a emenda constitucional que estabeleceu o teto determina que a captação de recursos próprios para as universidades estão dentro do limite?

É difícil vislumbrar a possibilidade de aumento de recursos, por exemplo, com a captação. Como podemos assumir compromissos com Governos Municipais, com Governos Estaduais e com empresas, e captar esses recursos, se não teremos orçamento para utilizá-los, para gastá-los, para honrar os compromissos que assumimos? Uma das primeiras medidas que podem ser tomadas dentro da legislação que regula a questão orçamentária é essa captação de recursos próprios,



que é não é um tributo, não é uma arrecadação tributária do Estado, mas está, sim, associada a investimento ou a aporte de recurso de outros setores, com o fim de as universidades se desenvolverem e receberem tratamento diferenciado com os recursos que nós captamos através de convênios e contratos.

Ainda num quadro dramático, se você não utiliza os recursos no seu ano fiscal, eles entram como superávit primário e mudam a dotação orçamentária, saindo da 250 e passando para 650, e você não tem como gastá-los. E o que fez o Planejamento? Ele suprimiu parte dos recursos dos orçamentos destinados ao pagamento de pessoal e passou a colocar recursos próprios da fonte para esse pagamento. As universidades, que teriam de honrar seus compromissos com esses recursos, hoje têm que utilizá-los para o pagamento de pessoal. É uma situação dramática! Então, nós temos universidades que terão que usar 60, 70, 80 ou 90 milhões daquilo que captaram, que já estariam comprometidos, para pagar a folha de pessoal. Isso porque o Planejamento retirou do orçamento dessas instituições aquela dotação destinada a pessoal. Mas é preciso pagar o pessoal! Então, todas as universidades foram obrigadas a fazer a inversão e destinar recursos próprios para cobrir as despesas com pessoal. E nós não sabemos no que isso vai dar. Vai ser difícil! Temos parceria com o Ministério da Educação para ajudar nisso, mas o Ministério do Planejamento colocou dessa forma. Não sei se isso se deveu à vitória que tivemos junto ao Ministro da Educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que garantia o recurso mínimo de 2018 mais a correção inflacionária. Parece que isso gerou um problema interno, e o Ministério do Planejamento resolveu enfrentar essa questão, retirando recursos das nossas receitas próprias.

Assim, recuperar o orçamento de custeio a níveis que corrijam minimamente a inflação dos últimos anos e uma nova forma de financiamento de aporte de recursos para capital são de fundamental importância, para que possamos cumprir com as nossas obrigações na formação de profissionais qualificados, para servirem à sociedade, na produção de conhecimento, através das nossas atividades de



pesquisa e dos nossos programas de pós-graduação, assim como nas atividades de extensão da nossa universidade.

É também importante ressaltar que praticamente todas as universidades têm hospitais universitários, sem os quais não existe política pública de saúde nos Estados. Temos ainda rádios, teatros, cinemas, museus, prédios tombados pelo patrimônio histórico, e não há recursos em nosso orçamento para essas atividades. Não existe recurso para museu, teatro, rádio, TV e vários outros equipamentos que estão a serviço da nossa sociedade, principalmente dos moradores do entorno, em regiões onde os nossos vários *campi* estão inseridos.

Então, há praticamente um congelamento do custeio. Temos que manter todo o funcionamento da universidade, sem a capacidade de renovar os nossos parques de equipamentos e sem podermos ampliar as infraestruturas prediais, porque estamos sem recursos de capital.

Ressalto outra questão importante que precisamos resolver: houve o aumento de despesas diretamente ligado à assistência estudantil. Ou seja, atualmente, os recursos destinados à assistência estudantil são insuficientes para atender à demanda, como coloquei. Mais de 60% dos estudantes de graduação da nossa universidade são de famílias com renda inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Esses estudantes que ingressaram na universidade precisam ter condições de continuar seus estudos, de voltar depois como profissionais formados e poderem dar um retorno à sociedade daquilo que neles está sendo investido.

Vivemos dúvidas neste momento, principalmente com a proposição de transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia. E a ANDIFES coloca-se à disposição para travar essa discussão, para encontrar os caminhos, para entender a complexidade disso e suas implicações. Sabemos que não é algo simples, porque entendemos que a educação tem que ser considerada um sistema. O Ministério da Educação faz a gestão de todo o sistema educacional brasileiro e de suas inter-relações internas com as várias demandas, que vão desde o ensino fundamental até o ensino médio e o ensino superior, os quais são



interligados. Como se faz isso numa mudança se não houver uma preparação, um caminho definido, um acerto e um ajuste? Não vou dizer se somos a favor ou contra. Apenas gostaríamos de conhecer as propostas, discuti-las, verificar se esse é o melhor caminho e se vamos dar um salto de qualidade, para caminharmos juntos nessa construção.

É importante ressaltar ainda que nós construímos um processo de democracia interna nas nossas instituições, que é o da escolha dos nossos dirigentes. Gostaríamos que isso permanecesse. É um ponto importante, é uma conquista obtida ao longo dos anos. As gestões têm referência direta nas representatividades daqueles que são escolhidos pelas suas comunidades, inclusive como canais de comunicação e de pressão a que eles são submetidos nas crises que vivemos. Mais do que quaisquer outros, os gestores das universidades são os que sofrem os primeiros impactos daquela importante atividade de manifestação e de expressão de nossas instituições. E nós convivemos com isso da melhor forma, tentando administrar esses conflitos, sendo canais de busca e de solução.

Para isso, seria importante que mantivéssemos esse processo em observância à atual legislação, para que a universidade possa fazer a escolha dos seus representantes e que eles sejam nomeados para gerir as nossas instituições. No caso, há duas universidades cujos gestores estão para ser nomeados: a reitoria da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a da Universidade Federal Fluminense. Achamos importante que eles sejam nomeados e que consigamos garantir essa prática, que foi uma conquista dos últimos tempos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Reinaldo Centoducatte.

Antes de passar a palavra à Deputada Luiza Erundina, quero reafirmar que esta audiência pública é uma das várias atividades que organizamos nos últimos 6 anos na Câmara, como a Marcha para a Ciência, o Conhecimento sem Corte, as diversas visitas a centros de pesquisa de universidades, tentando aproximar o



Parlamento do setor de ciência, tecnologia e inovação, além de trazer este debate para a Casa. Temos avançado bastante. Por exemplo, a nossa Marcha para a Ciência foi reprisada duas vezes pela *TV Câmara* de forma completa. Isso é bom, porque leva este debate ao público. Semana passada, realizamos uma audiência pública sobre a questão do Museu Nacional que também teve boa repercussão na Internet e cujo projeto foi repetido depois pela *TV Câmara*. Isso mostra que vale a pena insistirmos nessa ideia do debate.

Este ano teremos ainda algumas atividades. Já aprovamos uma visita desta Comissão aos institutos ligados à ciência do Rio de Janeiro. Queremos organizar com o senhor e com os demais institutos os Deputados que farão essa visita, numa missão oficial da Comissão, para conhecer a LNCC, a CBPF, o INPA, o Observatório Nacional e tantos outros que temos para conhecer no Rio de Janeiro. E nós ainda precisamos cumprir algumas tarefas. Hoje à tarde, além do debate em reunião com a Senadora Ana Amélia sobre o orçamento, será instalada a Comissão para análise da Medida Provisória nº 851, que estamos acompanhando atentamente quanto ao FIES, pois ela cria os fundos patrimoniais — *endowments*. Temos um debate a fazer, e já o estamos fazendo com órgãos do Governo, com instituições do setor de ciência, para mudar alguns critérios da medida provisória. E, se conseguirmos chegar a um texto bom, Deputada Erundina, teremos de conversar com os partidos da Oposição. Atuaremos de forma semelhante em relação à Medida Provisória nº 810, em que chegamos a um consenso e conseguimos votá-la no plenário da Câmara, porque era uma medida muito meritória para o setor.

Então, a MP 851 pode ser um avanço na busca de novos recursos para o setor, desde que consigamos tirar dali alguns artigos que mexem com a legislação já existente, que são conquistas do setor, garantindo que os fundos patrimoniais não sejam substitutos de recursos da União, ou seja, que a União não passe a usar a entrada desses recursos para substituir a sua obrigação com custeio.



Portanto, temos que avançar ainda em algumas questões, mas estamos atentos e travando este debate. O Fernando Pelegrino tem-nos dado um grande auxílio ao falar pelas fundações de apoio.

E nós temos ainda — e não sei se será possível — as urgências, já na Mesa da Câmara, de matérias como os 25% do pré-sal e a mudança do FNDCT para fundo financeiro.

Nós já recolhemos o apoio das Lideranças, Deputado Arolde. Precisamos pautar isso como urgência. Sei que está muito ruim o ambiente. Está difícil aprovar questões mais pesadas no plenário da Câmara, mas eu acho que valeria o esforço de conversarmos com o Presidente da Casa. Eu já tenho um acordo com S.Exa. Os Líderes de diversos partidos assinaram o pedido de urgência, que está sobre a mesa. Nós temos que ter um consenso entre os partidos para conseguirmos votar os dois projetos que garantem o fim do contingenciamento do FNDCT. Como foi falado aqui, é um fundo de 4,5 bilhões de reais por ano. Este ano foi executado menos de 1 bilhão de reais. Marcelo, esse é o número. O restante o Governo usa nos Restos a Pagar; enfim, para saldar dívidas com o sistema financeiro. Se nós o transformarmos em fundo financeiro tem-se a garantia, como o FAT, que vai ficar em uma conta depositado, rendendo juros. Aquilo que não for utilizado não se perde para o ano seguinte. Ele continua ali depositado e não se gasta com aquela que não é sua função precípua.

Quanto à questão dos 25% do pré-sal, que pode render em 2019 2,5 bilhões de reais para a ciência, as projeções para 2030 são de 6,5 bilhões de reais. Hoje, metade do Fundo Social do Pré-Sal também não tem destinação: 37,5% vão para a educação, 12,5% vão para a saúde e 50% estão parados e não são utilizados. Nós estamos pedindo metade do que fica no Fundo Social para a ciência. Então, também é uma batalha que eu acho que vale a pena travarmos. Vamos ver se conseguimos isso na reunião com o futuro Ministro. Nós estamos pedindo uma audiência com ele para conversarmos sobre esses dois itens. Vamos ver se o



Governo eleito nos ajuda na aprovação dessas duas questões. Eu acho isso importante como pauta nossa daqui até o final do ano.

Nós conseguimos quórum para instalar uma frente parlamentar mista para o desenvolvimento e a defesa das pesquisas experimentais, pois há um ataque muito duro contra o uso de animais para pesquisas no Brasil. O pessoal do CONSEA nos pediu para organizar uma frente parlamentar. Nós atingimos agora o número necessário de Parlamentares para instalar essa frente, Profa. Helena Nader. Queremos ver se conseguimos a instalação este ano também. Falando na Helena — não sei se há outros aniversariantes —, na segunda-feira foi o aniversário da Profa. Helena Nader. Parabéns! (*Palmas.*)

Vou passar a palavra à Deputada Luiza Erundina. Depois, farei a leitura das três questões que nos chegaram e montaremos a Mesa final para o encerramento desta audiência pública.

Deputada, nós vamos estabelecer o tempo de 6 minutos para V.Exa., mas se precisar esticar um pouquinho nós vamos compreender.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Obrigada, Deputado.

Quero saudar esta iniciativa, que traz a esta Comissão e, conseqüentemente, à Casa a elite do pensamento da ciência brasileira e nos traz o quadro de uma realidade bastante importante, no momento adequado, oportuno. Aqui eu saúdo o Deputado Celso Pansera, que tem sido exemplar no seu empenho, na sua dedicação e na sua competência, particularmente em relação à área da ciência e tecnologia nesta Casa.

É oportuno este encontro, esta audiência com o nível de representatividade, legitimidade e qualidade que os senhores e as entidades que representam nos trazem às vésperas do início de um novo Governo. Independentemente de posições ideológicas e políticas deste ou daquele Governo, ou do Governo que as urnas consagraram para dirigir o País nos próximos anos, preocupa-nos o Brasil em uma perspectiva estratégica, em uma perspectiva política. A pessoa que foi eleita, esse Presidente que acaba de se eleger e as forças que o apoiaram registraram na



Justiça Eleitoral um plano de Governo para o País. Portanto, está registrado na Justiça Eleitoral o programa que baseou, pelo menos em tese, a campanha eleitoral do candidato. Os senhores mesmos trouxeram e destacaram a importância do que está previsto nesse plano em termos de investimento na ciência, na tecnologia e também na educação.

Eu entendo que a crise do setor das universidades, dos institutos de pesquisa e da ciência e tecnologia, de modo geral no Brasil, além da falta de um plano de desenvolvimento nacional estratégico que dê sustentabilidade ao desenvolvimento do País e, conseqüentemente, à política de ciência e tecnologia, é parte da crise que está instalada no País, particularmente a partir de 2008, 2013, que agudizou nos últimos anos.

A meu ver, a crise econômica, social e também política do Brasil é parte ou consequência da crise da pesquisa, da ciência e dos investimentos em educação no País. Portanto, tem tudo a ver a presença de V.Sas. e das entidades que representam com o espaço de reflexão e de ação política junto a um Governo, junto ao Estado brasileiro, no sentido de fazer valer os compromissos que foram sinalizados em um programa de Governo formalizado, institucionalizado com o registro desse programa na Justiça Eleitoral do nosso País.

Sabe-se como as coisas acontecem a depender da pressão externa da sociedade civil, mas junto a quem? Aos Governos e ao próprio Congresso Nacional. O que eu quero dizer com isso? Era sugerir que esse coletivo aqui representado se constituísse em um coletivo permanente, até com certa organicidade e com uma estratégia de ação política junto ao Governo e ao Congresso Nacional, representando parte significativa da sociedade civil, para que as coisas aconteçam. Mas, para que as coisas aconteçam no interesse do País — portanto, também da ciência, da tecnologia e da educação —, supõe-se uma ação política, sem o que registros de programas em órgãos governamentais não têm eficácia.

O que eu quero dizer com isso? O problema é muito político. É mais do que técnico, do que científico, do que tecnológico; é político.



Nesse sentido, eu chamo a atenção para a oportunidade deste encontro, desta reflexão, desta discussão. Eu sugeriria, inclusive, Deputado Pansera, que esta discussão e esta apresentação feitas aqui fossem consubstanciadas num documento da Comissão, produzido a partir desta audiência, que pudesse ser um instrumento para influenciar as várias instâncias em que a solução desses problemas estará colocada. (*Palmas.*)

Eu penso, por exemplo, na Comissão Mista de Orçamentos. Como estamos no início de outra gestão, vamos ter que fazer um plano plurianual. O Governo terá que apresentar um plano de ação plurianual e o orçamento plurianual, além dos orçamentos anuais — o do primeiro ano do Governo já está definido no Orçamento deste ano.

E um aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção, como alguém que está nesta Casa e lida com este problema com certa constância, é a forma, o procedimento que se adota ou não se adota ao se apresentarem as demandas junto às bancadas estaduais, junto às Comissões Temáticas, que é por onde passam as emendas mais substantivas do ponto de vista do valor. Tem-se uma demanda individualizada, uma demanda pulverizada, havendo, inclusive, uma disputa no âmbito de cada bancada estadual, de cada Comissão de mérito. O resultado é uma colcha de retalhos que deixa de apresentar uma previsão orçamentária que tenha certa lógica interna, que responda a um projeto a se realizar em 4 anos ou 5 anos, que seria o orçamento plurianual, e ao orçamento anual.

Se se conseguisse mudar isso a partir da intervenção e da presença organizada desses coletivos... E os senhores compõem um coletivo importante, de muita expressão e de muita qualidade, até para suscitar a preocupação e o empenho das instituições políticas do Estado brasileiro na construção de um plano de desenvolvimento nacional que tenha um rebatimento nas previsões orçamentárias e nas ações de Governo de forma continuada, para evitar a descontinuidade que ocorre de um Governo para outro, que tem consequências nas previsões de despesas e de investimento.



E isso foi agravado, no momento, pelo fato de se ter um garroteamento do desenvolvimento do País por 20 anos, a menos que se consiga força política para vetar, digo, para anular, cassar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que garroteia o desenvolvimento do País por 20 anos. Isso é inaceitável, é impossível!

Há ainda o fato, por exemplo, como disse o Dr. Luiz Davidovich, de que o Brasil está na retranca do desenvolvimento, em uma sociedade do conhecimento. Imaginem um país em que estão paralisados por 20 anos os investimentos em educação, em saúde, em políticas públicas de modo geral.

Portanto, é premente uma ação política que seja, eu diria, não só pluripartidária, mas suprapartidária, da sociedade brasileira, no sentido de se reverterem essas determinações dadas, sobretudo essa política de ajuste fiscal que impede que o Brasil se desenvolva, cresça e acompanhe a dinâmica de desenvolvimento global da sociedade do conhecimento, que é o que estamos defendendo aqui. *(Palmas.)*

Por último — acho que o meu tempo já deve ter se esgotado, Presidente —, eu queria sugerir também um projeto de lei, cuja iniciativa possa ser nossa, de V.Exa., se houver conveniência, com a minha subscrição, em que retirássemos dos contingenciamentos os investimentos na política de ciência e tecnologia no País. *(Palmas.)* Já houve isso. Assim, quando as Comissões Temáticas estivessem apresentando suas emendas, já contariam com um dispositivo legal que assegurasse que os investimentos previstos para essa área não seriam contingenciados. Essa garantia estaria em uma lei.

E os senhores poderiam nos ajudar a fazer com que os Parlamentares de todos os partidos aprovassem essa medida, porque eu acho que ela é a única capaz de impedir essa descontinuidade, essas rupturas que ocorrem ao fim do prazo curto de 4 anos de governo, ou mesmo de 8 anos. Sem essas medidas estruturais, nós não vamos resolver esses problemas que, de fato, comprometem a continuidade, a sustentabilidade do desenvolvimento do País, numa perspectiva estratégica.



Sem ciência e tecnologia, sem uma educação pensada numa concepção moderna, numa concepção avançada democrática e politicamente, nós não sairemos do estágio em que nos encontramos, no qual só ficamos administrando crises. E não se resolve crise pensando só nela. Nós temos que buscar saídas para romper as causas dessa crise. A meu ver, as decisões políticas de governo que se têm tomado ao longo dos últimos anos têm o sentido inverso, o sentido de colocar o País na retranca, indo 20 anos para trás, e não 20 anos para frente.

Então, eu quero agradecer enormemente a presença dos senhores, dessas entidades que os senhores representam. Os senhores nos trouxeram uma enorme contribuição. Vamos transformar isso num documento da Comissão, para que ele seja uma ferramenta que possamos usar para melhorar essa situação a partir das bases do problema, que são bases estruturais. Não importa se a vontade é deste ou daquele governante, desde que ela esteja refletindo os anseios e as demandas da sociedade, se esta, de fato, é uma sociedade democrática — e nós lutamos e vamos continuar lutando para que ela o seja de forma real, efetiva.

Parabéns, Deputado Pansera, pela sua dedicação, empenho e eficácia no trabalho que realiza na defesa dessa área.

Eu agradeço. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina, sempre muito incisiva e brilhante. Vamos transformar as ações efetivas que V.Exa. citou aqui em ações da Comissão.

Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) - Eu quero pedir desculpas. Eu teria realmente muita coisa para falar aqui. Mas eu faço coro com as palavras sábias da Deputada Erundina sobre esse assunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Deputado Arolde de Oliveira.



Eu queria agradecer a todos os presentes, especialmente à Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, ao Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa — CONFAP, ao Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I — CONSECTI e ao Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica — CONFIES, que são entidades nacionais que normalmente participam das Mesas conosco.

Montamos esta audiência com urgência. Nós queríamos colocar também alguns órgão de Governo para falar aqui, para que dessem o relato sobre seus problemas internos, problemas orçamentários. Por isso, não conseguimos incluir no seminário todas as entidades que mereciam falar nesta audiência. O tempo era muito curto. Nós saímos das eleições recentemente e tivemos dificuldade para aprovar esta audiência, tanto que era para ela ser uma audiência conjunta com a Comissão de Educação, mas nós não conseguimos aprová-la naquela Comissão. Na semana passada, eu até consegui aprovar a audiência na Comissão de Educação, mas não dava mais tempo de fazê-la de forma conjunta, senão estaríamos no auditório daquela Comissão. Então, foi em função do tempo que nós não conseguimos chamar todos.

Também gostaria de agradecer à Cintia, ao Gilmar, ao Christiano e ao Francisco, nossa Consultoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pelo apoio.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa para a nova dinâmica o Sr. Geraldo Nunes, da CAPES, e o Sr. Marcelo Marcos Morales, do CNPq.

O Sr. Fernando Ribeiro, da FINEP, e o Sr. Mario Moreira, da FIOCRUZ, tiveram compromisso e tiveram que sair.

Eu vou ler as três questões que chegaram do plenário — há também as questões levantadas na minha intervenção e na da Deputada Luiza Erundina — e, depois, faremos uma rodada de encerramento, com concessão da palavra pelo



prazo de 3 minutos, prorrogável por mais 1 minuto, pois nós temos que entregar o auditório às 13 horas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Sim, sim. Claro.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Eu queria apenas fazer um convite a todas as pessoas aqui representantes de entidades científicas. Nós pensamos que poderíamos almoçar juntos para discutirmos ideias como a que a Deputada Luiza Erundina levantou. Nós também estamos discutindo o Observatório do Legislativo, que queremos criar a partir do ano que vem, de forma a ter uma permanência das entidades científicas dentro do Congresso Nacional.

Então, seria bom que pudéssemos almoçar juntos. Sairíamos todos juntos depois do término da reunião, para podermos discutir esses encaminhamentos práticos. O convite é a todos que puderem ir.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - O almoço é por conta do SBPC. *(Risos.)*

O Anderson Brito pergunta o seguinte:

Representantes das agências de fomento CAPES, CNPq e FINEP, quando deixei o País em 2014 para um doutorado pelo Ciência sem Fronteiras, o cenário era de otimismo. Retorno agora ao Brasil, e o cenário é de terra arrasada. Que planos o MCTI e as agências de fomento têm para absorver os recém-doutores e evitar uma iminente fuga de cérebros?

Passo à pergunta do Marcos Pimenta, Presidente da Sociedade Brasileira de Física, para o Marcelo Morales:

A Sociedade Brasileira de Física edita há 39 anos a Revista Brasileira de Ensino de Física. Ela sempre foi financiada pelo CNPq. Em 2018, pela primeira vez, o CNPq reprovou o pedido de auxílio. O que podemos fazer para evitar que a revista seja descontinuada?



A próxima pergunta é para o Fernando, da FINEP, que não se encontra presente, e a pessoa que assina é Fernando Peregrino. Eu vou ler a questão mesmo assim:

Em 2000, a participação do FNDCT nas despesas discricionárias era de 7%. Hoje, como em 2016, é de 3%. Porém, é muito pior, pois as despesas discricionárias estão caindo: em 2017, foram de 217 bilhões de reais; em 2018, de 124 bilhões de reais; e a previsão para 2019 é de 102 bilhões de reais. E agora? Não teremos, na metade de 2000, mais ou menos 25%?

São essas as informações, não é, Fernando? Caiu muito, porque não caiu só a participação dela nas despesas discricionárias; as despesas discricionárias caíram, mais ou menos, 30% do executado em 2017. É isso?

O SR. FERNANDO PEREGRINO - Sim, porque essas despesas estão sendo consumidas, Deputado, pelo pagamento de juros. Na mesma ocasião em que caem essas despesas discricionárias, sobe a curva do pagamento de juros.

O Ministro da Economia do novo Governo assinalou ontem, em uma entrevista, que é um absurdo este País pagar 100 bilhões de dólares de juros por ano. Esse dinheiro não sai de qualquer lugar; sai das áreas a que ele deveria chegar: educação, ciência e tecnologia.

Eu gostaria de assinalar isso porque, pelo diagnóstico que eu estudei, baseando-me na PLOA de 2019, a situação vai ser muito pior. Não vai nem se equiparar à de 2018, vai ser muito pior, segundo os dados econômicos que estão ali dentro. Quem fez esse diagnóstico foi o Fernando da FINEP.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa — CONFIES e também do COPPE.

Eu vou a passar a palavra aos convidados. O Luiz Davidovich pediu para falar primeiro, por causa do horário de voo dele.



O SR. LUIZ DAVIDOVICH - Eu realmente vou ter que sair devido a um imprevisto, algo que surgiu de última hora em minha família. Então, vou ter que voltar mais cedo ao Rio, pegar o voo de 13h50min. Por isso, já tenho que ir para o aeroporto.

Quero apenas abordar algumas dessas questões. Essa questão que você levantou, Fernando Peregrino, é realmente muito importante. Essa questão dos juros, dos subsídios, é uma questão que já tinha que estar sendo enfrentada há muito tempo. É preciso fazer uma análise criteriosa desses subsídios e ver quais são realmente aqueles importante para o desenvolvimento do País.

Eu queria lembrar também que a imagem de desenvolvimento antiga é representada por uma espiral: de vez em quando se dá uma voltinha para trás, mas, no todo, vai-se indo para a frente. Eu estou preocupado, porque a nossa espiral está se achatando e se transformando num círculo. Deixem-me dizer por que eu acho isso.

Aqui se falou da possibilidade de aumentar os recursos para custeio e capital, para chegarem a 15 bilhões de reais, se nós interpretarmos os 15 bilhões como custeio e capital. Então, vamos pegar, por exemplo, o orçamento de 2010 — eu não vou pegar o de 2013, porque havia o Ciência sem Fronteira — e corrigi-lo pela inflação. Quando falamos de orçamento, podemos pensar: mas é orçamento ou é limite de empenho? Acontece que, em 2010, eles eram muito próximos; o contingenciamento foi mínimo.

Então, façamos um exercício: vamos pegar o orçamento de 2010 e corrigi-lo pelo IPCA. É muito fácil fazer isso, porque, no *site* do Banco Central, na Internet, há esse índice. Assim, vamos chegar, neste ano, a um valor corrigido entre 9 bilhões e 10 bilhões de reais. Portanto, chegar a 10 bilhões de reais é voltar a 2010 — por isso falo em círculo. E nós tínhamos que ir além disso, porque nós não estamos mais em 2010, estamos em 2018! Então, a proposta de aumentar custeio e capital para mais de 10 bilhões de reais não é irrealista. Ela é necessária para o País poder



retomar uma trajetória de desenvolvimento, pois nós andamos para trás desde então. Isso é muito importante.

E é bom ter esses números na cabeça. Atualmente se diz o seguinte: precisamos colocar mais 1,5 bilhão no Orçamento de 2019 para a subsistência. Bolas! Nós temos que pensar em recuperar o que nós já tínhamos, para que isso sirva como um patamar para ir adiante, para fomentar o desenvolvimento do País, de forma que este tenha protagonismo internacional, não seja mais considerado um país de segunda classe. O Brasil está cada vez mais sendo considerado um país de segunda classe por outros países, porque nós estamos andando para trás. Então, eu acho que esse é um desafio para o Poder Executivo e para o Congresso Nacional.

A Deputada Erundina já se retirou, mas eu queria também fazer uma entrega simbólica desses dois documentos que apresentei para o nosso Deputado Arolde de Oliveira, futuro Senador. Então, eu, ao me despedir de vocês, vou fazer essa entrega, que é uma entrega simbólica para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, eu tive o prazer de receber esta publicação, e ela realmente é bem consistente e interessante. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Eu lhe concedo 1 minuto, então, porque, se eu abrir o debate, não vou conseguir encerrar a tempo.

O SR. ALBERTO PEVERATI - Eu só queria colocar agora um ponto que não foi debatido na mesa, Deputado Pansera. Dentro da proposta do novo Governo, inclusive orçamentária, vai entrar o ensino superior, ou seja, boa parte desse orçamento vai para o custeio das universidades. Então, existe uma questão aqui que precisa também ser debatida: se vai entrar a área de ciência e tecnologia, numa perspectiva de ensino superior, numa proposta de aumento de orçamento, parte do capital vai também para o custeio das universidades, não é?



O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Esse debate devemos fazer na Comissão de Educação e talvez aqui ainda neste ano. Com certeza faremos um seminário sobre isso. Estamos nos organizando para debater o impacto dessa proposta.

O SR. ALBERTO PEVERATI - Para não cairmos numa armadilha.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Isso mesmo. Obrigado.

Passo a palavra para o Sr. Geraldo Nunes, da CAPES.

O SR. GERALDO NUNES - Obrigado, Deputado.

Eu queria fazer uma observação quanto à fala do Dr. Luiz Davidovich. Eu acho que ele está coberto de razão. Nós temos que pensar numa perspectiva maior.

Deputado, talvez tenha havido uma questão de desinformação minha. Quando me colocaram o que eu deveria falar, eu estava só com a perspectiva do próximo ano. Agora, quero dizer o seguinte: a CAPES tem propostas para discutir a pós-graduação em longo prazo — a Flávia sabe disso; nós estamos discutindo isso continuamente. Então, eu sugeriria, Deputado, que V.Exa., quando tiver uma oportunidade, abra um debate em que essas agências possam pensar numa perspectiva maior, que não foi o caso hoje aqui. Eu realmente me circunscrevi ao ano de 2019, porque interpretei que seria essa a questão.

A Deputado Luiza Erundina lembra muito bem que nós estamos no limiar de um PPA. É o momento adequado para se discutir essa questão de médio e longo prazo. Estamos no limiar de um PPA. Este é exatamente o momento.

Aí, eu queria reiterar que a CAPES tem propostas para o longo prazo com relação à questão da pós-graduação. Nós nos colocaremos de forma apropriada quando essa questão for levantada.

Eu me remeto ao que foi colocado por alguém sobre a questão da fixação de recursos humanos de alto nível no País. Realmente, é uma tragédia isso. No programa Ciência sem Fronteiras se investiram 5 bilhões de dólares em 4 anos. Cinco bilhões de dólares são 5 bilhões de dólares no Brasil e em qualquer parte do mundo. É muito dinheiro! E eu faço uma autocrítica: no começo, nós participamos



do planejamento do programa, que foi meio apressado, e, na época, não se cogitou essa questão do após o Ciência sem Fronteiras. Realmente é uma pena, uma lástima, que, depois de termos investido tanto dinheiro, tenhamos que ouvir a pergunta: *"O que é que nós vamos fazer?"*

Mas, dentro dessa perspectiva de pensar o futuro da pós-graduação brasileira, nós temos propostas também com relação à fixação de recursos humanos. O Programa Nacional de Pós-Doutorado — PNPD é um programa que existe na CAPES e que hoje deixa muito a desejar, porque não houve uma reflexão crítica sobre o seu desempenho. Mas nós temos propostas para o futuro com relação a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Geraldo Nunes, da CAPES.

Passo a palavra para o Sr. Marcelo Marcos Morales, do CNPq.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES - Eu só queria ressaltar que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação está respaldado em alguns pilares: na CAPES, que é uma fundação importante para a formação de recursos humanos; no CNPq, que é a base da ciência e fomenta principalmente a ciência básica; e na FINEP, que fomenta a inovação. E eu queria destacar aqui a importância das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. Essas fundações também são pilares importantes do fomento à pesquisa de todo o Estado brasileiro, mas isso não foi ressaltado.

Nós estamos vendo, por exemplo, que os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, segundo e terceiro colocados em produção científica no País, estão deixando de pagar bolsas, estão deixando de pagar fomentos — desde 2015, no caso do Rio de Janeiro. Eu acho que a interlocução com os Estados brasileiros no fomento à pesquisa também é a sustentação do fomento à pesquisa brasileira. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPA tem um papel



importante nessa transformação do conhecimento em riqueza e tem um papel importante nessa interlocução.

Eu queria responder às perguntas referentes aos recém-doutores. Nós passamos, de 2014 para cá, de 50% de atendimento da demanda bruta para menos de 15%. Em 2014, época do programa Ciência sem Fronteiras, como foi bem colocado pelo Geraldo, tínhamos pesquisadores brasileiros indo para o exterior e estrangeiros vindo para o Brasil. Agora, depois que eles foram formados, temos uma terra arrasada, quer dizer, não temos recursos suficientes nem na CAPES, nem no CNPq, para dar fomento aos pós-doutores, que dão sustentabilidade ao Sistema de Ciência e Tecnologia.

Respondendo diretamente ao Dr. Marcos Pimenta, da Sociedade Brasileira de Física, afirmo que isso reflete a quantidade de recursos que temos no CNPq para fomento à pesquisa. Cada vez temos menos recursos para o fomento às publicações, aos congressos realizados no Brasil, que são tão importantes na internacionalização, às feiras de ciências. Portanto, não é que o CNPq tenha reprovado o auxílio; é que temos menos recursos. Acabei de falar aqui que atendíamos 30% dos pedidos de bolsas para estudar no exterior; atualmente, estamos atendendo menos de 4%. Então, a crise é geral, como foi muito bem colocado aqui, e isso deve ser discutido no Congresso Nacional. Todos esses pontos precisam ser discutidos. Não é que o CNPq tenha reprovado esses pedidos; é que não há recursos para atendê-los.

Respondendo pragmaticamente às perguntas que foram colocadas, eram essas as repostas que eu queria dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Marcelo Morales.

Passo a palavra ao Sr. Elibio Rech.

O SR. ELIBIO RECH - Eu gostaria de agradecer mais uma vez ao Deputado Celso Pansera, a todos os membros do Parlamento, enfatizando seu reconhecimento de que ciência e tecnologia devem ocupar um espaço



suprapartidário. Essa é uma questão estratégica para todos os partidos, para todos os Governos; é uma decisão estratégica do Estado para o progresso do nosso povo e da nossa Nação.

É o que gostaria de dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Elíbio Rech.

Tem a palavra agora aquele que vai pagar o nosso almoço (*risos*), o Sr. Ildeu Moreira.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Eu queria mencionar dois ou três pontos muito rapidamente.

O primeiro deles tem a ver com a absorção dos jovens formados no exterior, que é um problema de fato muito sério. Falamos muitas vezes de evasão, mas não pensamos naqueles que estão deixando de ir para as áreas de ciência e tecnologia no momento que estamos vivendo. Muitos jovens estão fugindo dessas áreas, e isso não computamos. Essa é uma coisa muito dramática, que temos de pensar com muito cuidado.

Em relação aos projetos internacionais, fizemos recentemente uma discussão na academia, com a SBPC, porque vários projetos internacionais e brasileiros foram fortemente afetados por essa descontinuidade, o que compromete todo esse esforço de internacionalização da ciência brasileira, que é essencial. Esse é um ponto que temos que levar em conta.

A questão da fusão, levantada pelo Alberto, não discutimos muito aqui. Por quê? Primeiro, porque não está dada, está em discussão. Segundo, porque nós estamos tentando discutir isso com o novo Governo. Solicitamos ao novo Ministro de Ciência e Tecnologia que converse conosco, com as entidades científica, para debatermos todas essas questões de maneira clara. A SBPC inclusive criou um grupo de trabalho que está preocupado em aprofundar essas questões. Vamos discutir isso com a ANDIFES, com outros setores, para podermos delinear melhor isso e contribuir de forma mais direta.



O Marcelo levantou também uma questão importante: as FAPs. Solicitamos inclusive a todas as nossas entidades aqui presentes que atuem também nos Estados, porque há também o orçamento dos Estados para o ano que vem, e é fundamental que os recursos das FAPs sejam garantidos. Essa é uma luta política que se dá no âmbito de cada Estado e, evidentemente, é um reflexo desta luta maior que fazemos aqui.

Um ponto importante para as nossas entidades é pensarmos nas soluções ou propostas, como, por exemplo, as da Deputada Luiza Erundina. Já mencionei para vocês que estamos encaminhando uma discussão para a criação de um observatório permanente das nossas entidades no Legislativo, no Congresso Nacional, com apoio de alguns Deputados que são sempre nossos parceiros aqui e que já estão nos ajudando nisso. Queremos ter uma continuidade nesse esforço de ter uma presença no Congresso Nacional muito mais permanente, e não apenas no momento em que determinada questão é debatida. Nós já tivemos isso, mas podemos incentivar muito essa presença.

Agora, tratando do nosso ponto central, o Luiz Davidovich tem razão: andamos em certo círculo e não avançamos. Eu ficaria satisfeito se voltássemos ao orçamento de investimentos de 2010. Se a proposta que estamos trazendo para o Congresso Nacional de aumento de recursos do CNPq, de não contingenciamento do FNDCT, de recuperação de algumas daqueles recursos que o Ministério precisa para seus institutos for aprovada, teremos fundamentalmente 4 bilhões e pouco a mais, o que significa uma volta ao que tínhamos antes. Se fizermos isso para 2019, vai ser uma grande vitória nossa. Eu acho que não podemos perder isso de vista. Senão, pensaremos: *"Como é que vamos fazer para aumentar, multiplicar por 3, chegar a 3%?"* Essas coisas começam com passos concretos. Eu acho que o convencimento do Congresso Nacional de que é preciso aumentar o orçamento de 2019 para ciência e tecnologia é decisivo, ainda mais com a entrada de um novo governo. Isso vai sinalizar a montagem do plano plurianual no ano que vem, que tem que ser feito para os próximos anos.



Portanto, insisto em que todos nós façamos uma frente para melhorar o Orçamento de 2019, sem perdermos de vista, evidentemente, esse quadro mais geral de análise, porque precisamos repensar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia de uma maneira mais projetiva. Mas, se perdemos o Orçamento de 2019, se a PLOA for votada como está, a discussão no ano que vem vai ser muito mais difícil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Ildeu Moreira.

Por fim, passo a palavra ao Sr. Reinaldo Centoducatte, da ANDIFES.

O SR. REINALDO CENTODUCATTE - Consideramos que a educação é o principal vetor, o principal fator de mobilidade social. Ciência, tecnologia e inovação, através da produção do conhecimento, são fundamentais para agregar valor àquilo que produzimos e necessários a qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Se queremos inserir o Brasil no mundo desenvolvido, educação, ciência, tecnologia e inovação têm que ser políticas de Estado, e não políticas de governo.

Portanto, acho que o Parlamento tem um papel fundamental, porque ele pode dar as orientações, as normativas, através de um conjunto legislativo, para que cada governo construa sua política de educação, de ciência, de tecnologia e de inovação dentro dessa política de Estado. Eu acho que seria fundamental e necessário que o Congresso Nacional trabalhasse com a perspectiva de construir, através das suas relações, das suas discussões, dos seus trabalhos, esses parâmetros para políticas de Estado que envolvam educação, ciência e tecnologia. A partir daí, os Governos têm que se adaptar. Se isso é estabelecido, ou seja, se há parâmetros predefinidos, predeterminados, pelo Congresso Nacional sobre como o Governo deve fazer a elaboração da sua peça orçamentária, resolve-se grande parte dos problemas que estamos discutindo hoje, que é a questão do financiamento.

Neste momento, quero agradecer mais uma vez a oportunidade que temos aqui de debater questões e temas relevantes. Precisamos, com urgência, estabelecer diretrizes, mesmo dentro da crise econômica, social e política por que



estamos passando, para encontrarmos um caminho para um futuro melhor. E, para isso, o Brasil não poderá prescindir de uma boa educação, de uma ciência de ponta, que contribua para agregar valor àquilo que é produzido no nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Reinaldo Centoducatte.

Quero registrar que hoje, na reunião com a Senadora Ana Amélia, Relatora Setorial da PLOA de 2019, levamos esta pauta: aumento de 300 milhões de reais para o orçamento do CNPq; eliminação da reserva de contingência do FNDCT; ampliação de recursos para diversos institutos e empresas vinculadas ao MCTI; aumento em 10 milhões dos recursos para popularização da ciência. E, aqui nesta Casa, temos a pauta de 25% do Fundo Social do Pré-sal para ciência e tecnologia e o PL do não contingenciamento dos recursos do FNDCT e de outros fundos P&D.

Queria então concluir os trabalhos, agradecendo aos Parlamentares, ao corpo de assessores, aos funcionários da imprensa, ao público em geral e, mais uma vez, aos palestrantes, pelas importantes contribuições trazidas a uma discussão que diz respeito, antes de tudo, à valorização da ciência como instrumento de desenvolvimento econômico e social do País.

Antes de finalizar, comunico que está convocada reunião deliberativa ordinária para quarta-feira, 14 de novembro de 2018, à 10 horas, com pauta a ser divulgada.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)